

PAUL KENNEDY

**ASCENSÃO
E QUEDA
DAS GRANDES
POTÊNCIAS**

Transformação Econômica
e Conflito Militar de 1500 a 2000

Tradução
Waltensir Dutra

3ª Edição

Editora Campus

2

A Tentativa de Domínio dos Habsburgos, 1519-1659

No século XVI, portanto, as lutas de poder dentro da Europa estavam também contribuindo para sua ascensão econômica e militar, acima de outras regiões do mundo. O que não se tinha decidido ainda, porém, era se algum dos estados europeus rivais poderia acumular recursos suficientes para ultrapassar os demais e dominá-los. Durante cerca de um século e meio, depois de 1500, uma combinação de reinos, ducados e províncias espalhados por todo o continente, governados por membros espanhóis e austríacos da família Habsburgo, ameaçou tornar-se a influência política e religiosa predominante na Europa. A história dessa prolongada luta e da derrota final das ambições dos Habsburgos por uma coalizão de outros estados europeus constitui a essência deste capítulo. Em 1659, quando a Espanha finalmente reconheceu a derrota no Tratado dos Pireneus, a *pluralidade* política da Europa — com cinco ou seis grandes estados, e vários outros menores — era um fato indiscutível. Qual desses estados principais iria beneficiar-se mais com novas modificações políticas dentro do sistema de grandes potências é matéria que pode ficar para o capítulo seguinte; o que pelo menos era claro, em meados do século XVII, era que nenhum bloco dinástico-militar isolado seria capaz de tornar-se senhor da Europa, como pareceu provável em várias ocasiões, nas décadas anteriores.

As campanhas interligadas visando ao predomínio na Europa, que caracterizam este século e meio, diferem tanto no grau como no gênero, portanto, das guerras do período anterior a 1500. As lutas que perturbaram a paz da Europa nos cem anos anteriores foram *localizadas*; os choques entre os vários estados italianos, a rivalidade entre as coroas inglesa e francesa, e

as guerras dos cavaleiros teutônicos contra os lituanos e poloneses foram exemplos típicos.¹ Com o desenrolar do século XVI, porém, as tradicionais lutas regionais na Europa foram assimiladas, ou eclipsadas, pelo que pareceu aos contemporâneos ser uma disputa muito mais ampla pelo domínio do continente.

O significado e a cronologia da luta

Embora houvesse sempre razões específicas pelas quais um estado era atraído para esse contexto mais amplo, duas causas mais gerais foram as principais responsáveis pela transformação tanto na intensidade como no âmbito geográfico da guerra européia. A primeira foi o advento da Reforma — provocada pela revolta pessoal de Martinho Lutero contra as indulgências papais, em 1517 — que acrescentou rapidamente uma violenta e nova dimensão às tradicionais rivalidades dinásticas do continente. Por motivos socioeconômicos específicos, o advento da Reforma Protestante — e a reação, na Contra-Reforma Católica contra a heresia — também tiveram a tendência de dividir as metades meridional e setentrional da Europa, e as nascentes classes médias, de base urbana, das ordens feudais, embora houvesse, é claro, muitas exceções a esses alinhamentos gerais.² Mas a questão básica é que a “Cristandade” se tinha fraturado, e agora grande número de pessoas tinham sido arrastadas a uma luta *transnacional* no continente sobre doutrina religiosa. Só em meados do século XVII, quando os homens se cansaram dos excessos e da futilidade das guerras religiosas, seria possível chegar a uma aceitação, embora relutante, da divisão religiosa da Europa.

A segunda razão para o padrão muito mais generalizado e interligado da guerra depois de 1500 foi a criação de uma combinação dinástica, a dos Habsburgos, para formar uma rede de territórios que se estendiam de Gibraltar à Hungria, e da Sicília a Amsterdam, superando em tamanho tudo o que já se vira antes na Europa, desde a época de Carlos Magno, 700 anos antes. Oriundos originalmente da Áustria, os governantes Habsburgos tinham conseguido fazer-se eleger regularmente como Sacro Imperador Romano — título que perdera muito do poder real desde a alta Idade Média, mas era ainda procurado por príncipes ansiosos em desempenhar um papel maior nos assuntos germânicos, e nos assuntos europeus em geral.

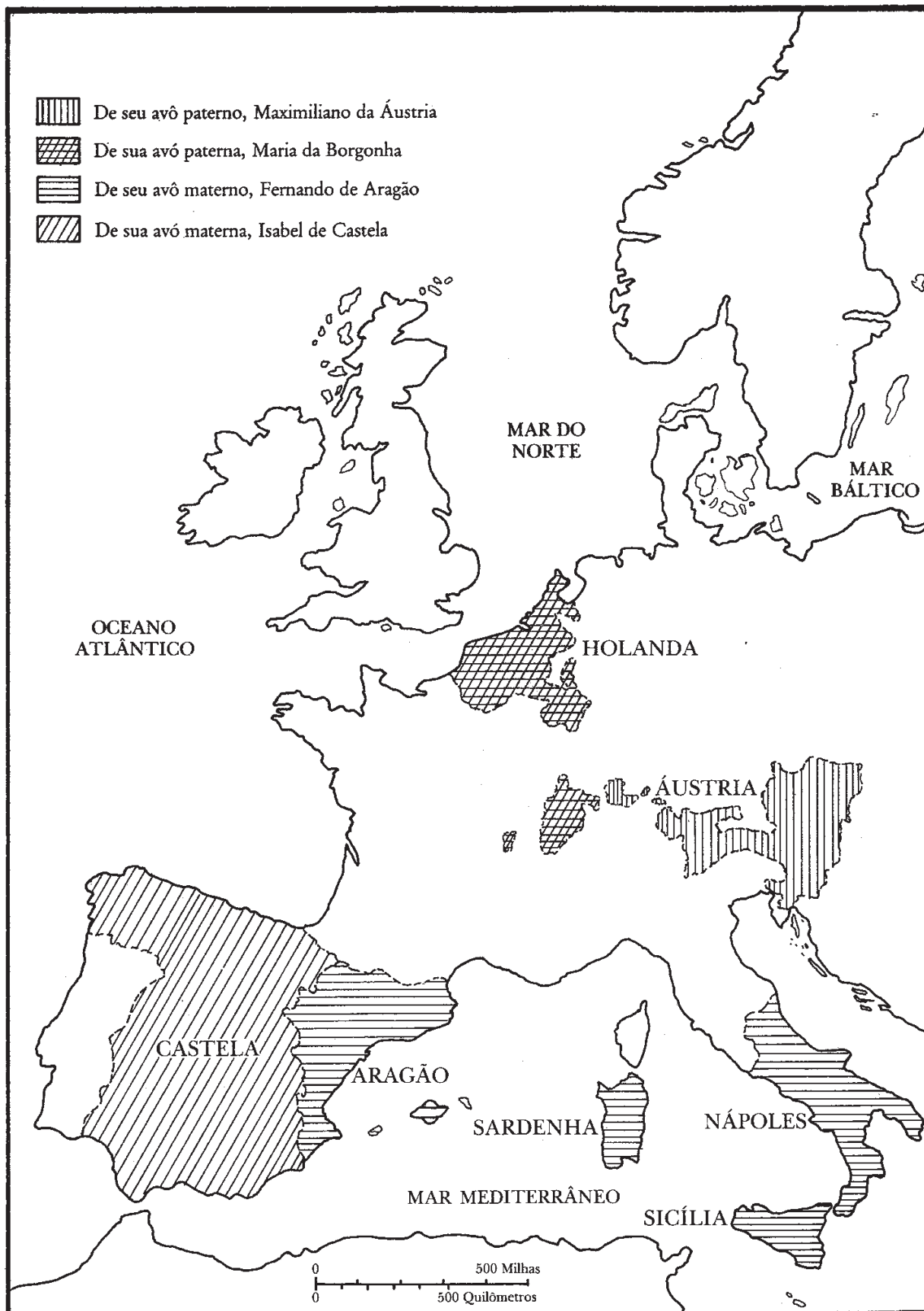
Mais praticamente, os Habsburgos não tiveram iguais na capacidade de aumentar seus territórios pelo casamento e pelas heranças. Numa dessas manobras, Maximiliano I da Áustria (1493-1519, e Sacro Imperador Romano entre 1508-1519), reuniu as ricas terras hereditárias da Borgonha e, com elas, a Holanda, em 1477. Outra manobra, resultante de um acordo matrimonial de 1515, iria acrescentar os importantes territórios da Hungria e Boêmia; embora o primeiro não fosse parte do Sacro Império Romano e gozasse de muitas liberdades, isso deu aos Habsburgos um grande bloco de terras através da Europa central. A mais extensa, porém, das ligações dinásticas promovidas por Maximiliano foi o casamento de seu filho Filipe com Joana, filha de Fernando e Isabel de Espanha, cuja união tinha, anteriormente, reunido as possessões de Castela e Aragão (que incluía Nápoles e Sicília). O “legatário residual”³ de

todos esses acordos matrimoniais foi Carlos, o filho mais velho de Filipe e Joana. Nascido em 1500, ele se tornou duque da Borgonha aos 15 anos, e Carlos I de Espanha um ano depois; em seguida — em 1519 — sucedeu seu avô paterno Maximiliano, como Sacro Imperador Romano e como governante das terras hereditárias dos Habsburgos na Áustria. Como imperador Carlos V, portanto, ele reuniu todos os quatro legados até suas abdições de 1555-1556 (ver Mapa 3). Apenas alguns anos depois, em 1526, morria sem deixar filhos o rei Luís da Hungria, na batalha de Mohacs contra os turcos, permitindo a Carlos reivindicar as coroas tanto da Hungria como da Boêmia.

A simples heterogeneidade e dispersão dessas terras, que examinaremos mais adiante, poderia sugerir que o império Habsburgo jamais poderia ser um equivalente real dos impérios uniformes, centralizados, da Ásia. Mesmo na década de 1520, Carlos entregava ao seu irmão mais novo, Fernando, a administração e a soberania principesca das terras hereditárias austríacas, e também das novas aquisições da Hungria e Boêmia — o reconhecimento, bem antes da abdicação do próprio Carlos, de que os legados espanhol e austríaco não podiam ser governados efetivamente pela mesma pessoa. Não obstante, não foi assim que outros príncipes e estados viram essa poderosa aglomeração de poderio Habsburgo. Para os reis Valois da França, que acabavam de consolidar sua autoridade internamente e estavam ansiosos por expandir-se na direção da rica península italiana, as possessões de Carlos V pareciam cercar o Estado francês — e não seria exagero dizer que o principal objetivo dos franceses, na Europa, durante os dois séculos seguintes, seria o de romper a influência dos Habsburgos. Da mesma forma, os príncipes e eleitores germânicos, que há muito lutavam contra a possibilidade de que o imperador tivesse uma autoridade real dentro da própria Alemanha, não podiam deixar de alarmar-se ao ver que a posição de Carlos V estava fortalecida por tantos territórios adicionais, que podiam agora dar-lhe os recursos para impor sua vontade. Muitos papas, também, viam com desgosto esse acúmulo de poder Habsburgo, mesmo que fosse necessário para combater os turcos, os luteranos e outros inimigos.

Dadas as rivalidades endêmicas do sistema de estados europeus, portanto, era pouco provável que os Habsburgos não fossem contestados. O que transformou esse potencial de conflito numa dura e prolongada realidade foi a sua conjunção com as disputas religiosas provocadas pela Reforma. Pois a verdade é que os mais destacados e poderosos monarcas Habsburgos desse século e meio — o próprio imperador Carlos V e seu sucessor, Fernando II (1619-1637), e os reis espanhóis Filipe II (1556-1598) e Filipe IV (1621-1665), — foram também os mais militantes na defesa do catolicismo. Em consequência, tornou-se virtualmente impossível separar o poder político das tendências religiosas existentes nas rivalidades que assolaram o continente nesse período. Como qualquer contemporâneo podia perceber, se Carlos V tivesse conseguido esmagar os príncipes protestantes da Alemanha na década de 1540, isso teria sido uma vitória não só da religião católica, mas também da influência Habsburgo — e o mesmo se pode dizer dos esforços de Filipe II para acabar com a inquietação religiosa na Holanda, depois de 1566. E poderia dizer-se também do envio da Armada espanhola para invadir a Inglaterra em 1588. Em suma, as rivalidades nacionais e dinásticas se tinham agora combinado com

Mapa 3: O legado de Carlos V, 1519



o zelo religioso para fazer os homens lutarem quando antes poderiam inclinar-se a concessões.

Mesmo assim, pode parecer um pouco forçado usar o título de “Tentativa de domínio dos Habsburgos” para descrever todo o período desde a ascensão de Carlos V como Sacro Imperador Romano em 1519, até o reconhecimento espanhol da derrota no Tratado dos Pireneus, em 1659. Evidentemente, seus inimigos acreditavam firmemente que os monarcas Habsburgos desejavam o domínio absoluto. Assim, o escritor elisabetano Francis Bacon pôde, em 1595, descrever em cores vivas a “ambição e opressão da Espanha”:

A França está de cabeça para baixo... Portugal, usurpado... Os Países Baixos, devastados pela guerra... O mesmo se tenta agora com Aragão... Os pobres índios perdem a condição de homens livres e são trazidos como escravos.⁴

Apesar da retórica ocasional de alguns ministros Habsburgos sobre uma “monarquia mundial”,⁵ não houve um plano consciente para dominar a Europa, à maneira de Napoleão ou Hitler. Alguns dos casamentos e sucessões dinásticas dos Habsburgos foram fortuitos, no máximo oportunistas, e não prova de um esquema de engrandecimento territorial a longo prazo. Em certos casos — por exemplo, as freqüentes invasões francesas do norte da Itália — os governantes Habsburgos foram mais provocados do que provocadores. No Mediterrâneo, depois da década de 1540, as forças espanholas e as imperiais foram repetidamente postas na defensiva pelas operações de um Islã renascido.

Não obstante, perdura o fato de que se os governantes Habsburgos tivessem realizado todos os seus objetivos limitados, regionais — até mesmo os seus objetivos *defensivos* — o domínio da Europa teria sido praticamente deles. O Império Otomano teria sido expulso ao longo da costa da África do Norte e das águas do Mediterrâneo oriental. A heresia teria sido sufocada, dentro da Alemanha. A Revolta da Holanda teria sido esmagada. Regimes amistosos teriam sido mantidos na França e Inglaterra. Só a Escandinávia, Polônia, Moscóvia e as terras ainda sob controle otomano não estariam sujeitas ao poder e influência dos Habsburgos — e ao triunfo econômico da Contra-Reforma. Embora mesmo assim a Europa ainda não se aproximasse da unidade desfrutada pela China Ming, os princípios políticos e religiosos defendidos pelos centros habsburguianos gêmeos de Madri e Viena teriam enfraquecido muito o pluralismo, que vinha sendo por tanto tempo a característica mais importante do continente.

A cronologia desse século e meio de guerras pode ser resumida rapidamente numa obra de análise como esta. O que provavelmente surpreende o leitor moderno, muito mais do que os nomes e resultados das várias batalhas (Pávia, Lützen etc.) é a extensão desses conflitos. A luta contra os turcos prosseguia década após década; a tentativa espanhola de esmagar a Revolta da Holanda durou da década de 1560 até 1648, com apenas um breve intervalo, sendo mencionada em alguns livros como a Guerra dos 80 Anos; ao mesmo tempo, o grande conflito multidimensional travado pelos Habsburgos da Áustria e da Espanha contra sucessivas coalizões de estados inimigos, de 1618 até a Paz de Vestfália de 1648, foi sempre conhecido como a Guerra dos

30 Anos. Isso deu, evidentemente, uma grande ênfase à *capacidade* relativa dos diferentes estados de suportar os ônus da guerra, anos após ano, década após década. E a significação das bases materiais e financeiras da guerra tornou-se mais crítica por ter ocorrido nesse período uma “revolução militar” que transformou a natureza da luta, tornando-a muito mais cara do que até então. As razões dessa modificação e as suas principais características serão examinadas mais adiante. Antes mesmo, porém, de delinear os acontecimentos, é bom saber que os choques militares da, digamos, década de 1520 parecem ter uma escala muito reduzida, em termos de homens e dinheiro, se comparados com os da década de 1630.

A primeira série de grandes guerras ocorreu na Itália, cujas ricas e vulneráveis cidades-estados vinham tentando os monarcas franceses a invadi-las desde 1494 — o que, como era fácil prever, provocou várias coalizões de potências rivais (Espanha, os Habsburgos austríacos, até mesmo a Inglaterra) para forçar os franceses a se retirarem.⁶ Em 1519, Espanha e França ainda brigavam sobre as pretensões da última a Milão, quando chegou a notícia da eleição de Carlos V para Sacro Imperador Romano, e de ter ele herdado os territórios espanhóis e austríacos da família Habsburgo. Essa acumulação de títulos pelo seu arquirival levou o ambicioso rei da França, Francisco I (1515-1547), a instigar toda uma série de contramanobras, não apenas na própria Itália, mas também ao longo das fronteiras da Borgonha, no sul da Holanda e na Espanha. O ataque de Francisco I à Itália terminou com sua derrota e aprisionamento na batalha de Pávia (1525), mas dentro de mais quatro anos o monarca francês estava novamente invadindo a Itália à frente de seu exército — e foi outra vez contido pelas forças habsburguianas. Embora Francisco voltasse a renunciar às suas pretensões sobre a Itália com o Tratado de Cambrai de 1529, ele esteve em guerra com Carlos V, por essas possessões, nas décadas de 1530 e 1540.

Tendo em vista o desequilíbrio de forças entre a França e os territórios Habsburgos na época, provavelmente não era muito difícil a Carlos V continuar bloqueando as tentativas francesas de expansão. A tarefa tornou-se, porém, mais árdua porque, como Sacro Imperador Romano, ele tinha herdado muitos outros inimigos. Dentre esses, um dos mais formidáveis eram os turcos, que não só se tinham expandido pela planície húngara na década de 1520 (e sitiavam Viena em 1529), como também constituíam uma ameaça naval à Itália e, em conjunto com os corsários da Barbária, da África do Norte, ameaçavam ainda o litoral da própria Espanha.⁷ O que também agravou essa situação foi a aliança tácita e ímpia existente nessas décadas entre o sultão otomano e Francisco I: contra os Habsburgos, em 1542, as armadas francesa e otomana combinaram-se num ataque a Nice.

A outra grande área de dificuldade de Carlos V estava na Alemanha, que se dividira com a Reforma, e onde o desafio de Lutero à velha ordem era agora apoiado por uma liga de principados protestantes. Tendo em vista seus outros problemas, não é de surpreender que Carlos V não pudesse concentrar suas energias no desafio luterano na Alemanha até meados da década de 1540. Quando o fez, teve grande êxito a princípio, em especial ao derrotar os exércitos dos príncipes protestantes mais importantes, na batalha de Mühlberg (1547). Qualquer fortalecimento da autoridade imperial e dos Habsburgos,

porém, alarmava os rivais de Carlos V, de modo que os príncipes germânicos do norte, os turcos, Henrique II da França (1547-1559) e até mesmo o papado, todos procuraram enfraquecer sua posição. Em 1552, os exércitos franceses invadiram a Alemanha, em apoio aos estados protestantes, que assim puderam resistir às tendências centralizantes do imperador. Isso foi reconhecido pela Paz de Augsburg (1555), que interrompeu temporariamente as guerras religiosas na Alemanha, e pelo Tratado de Cateau-Cambrésis (1559), que encerrou o conflito franco-espanhol. Foi também reconhecido, de certa forma, pela abdicação do próprio Carlos V em 1555 como Sacro Imperador Romano, em favor de seu irmão Fernando I (imperador, 1555-1564), e em 1556, como rei de Espanha, em favor de seu filho Filipe II (1556-1598). Se os ramos austríaco e espanhol permaneceram estreitamente relacionados depois dessa época, ocorreu porém (como disse o historiador Mamentey) que “a partir de então, como a águia negra de duas cabeças das armas imperiais, os Habsburgos tinham duas cabeças, uma em Viena e a outra em Madri, olhando para o leste e o oeste”.⁸

Enquanto o ramo de leste, sob Fernando I e seu sucessor Maximiliano II (imperador, 1564-1576), desfrutou relativa paz em suas possessões (exceto por um ataque turco em 1566-1567), o ramo do oeste, sob Filipe II da Espanha, foi muito menos afortunado. Os corsários da Barbária atacavam o litoral de Portugal e Castela, e por trás deles os turcos recomeçavam sua luta pelo Mediterrâneo. Em consequência, a Espanha viu-se repetidamente empenhada em novas guerras de vulto contra o poderoso Império Otomano, a partir da expedição de 1560, a Djerba, e passando pela disputa de Malta em 1565, pela campanha de Lepanto de 1571, pela oscilante batalha por Túnis, até a trégua final de 1581.⁹ Praticamente ao mesmo tempo, porém, a política de Filipe, de intolerância religiosa e maior tributação, inflamou o descontentamento nos Países Baixos dos Habsburgos, transformando-o em revolta aberta. O desafio à autoridade espanhola ali, em meados da década de 1560, foi respondido pelo envio de um exército sob o comando do duque de Alba, e pela imposição do despotismo militar — provocando, por sua vez, uma resistência em grande escala nas províncias da Holanda e Zelândia e alarmando a Inglaterra, a França e a Alemanha do norte, quanto às intenções espanholas. Os ingleses ficaram ainda mais perturbados quando, em 1580, Filipe II anexou o vizinho Portugal, com suas colônias e sua marinha. Não obstante, como aconteceu com todas as outras tentativas dos Habsburgos de afirmar (ou ampliar) sua autoridade, o resultado previsível foi que seus muitos rivais se sentiram obrigados a intervir, para impedir um maior desequilíbrio de poder. Na década de 1580, o que fora antes uma rebelião local dos protestantes dos Países Baixos contra o governo espanhol se tinha ampliado, transformando-se numa nova luta internacional.¹⁰ A guerra de sítio e contra-sítio continuou, sem resultados espetaculares. Do outro lado da Mancha, na Inglaterra, Isabel I tinha contido quaisquer ameaças internas (fossem espanholas ou papistas) à sua autoridade e prestava ajuda militar aos rebeldes dos Países Baixos. Na França, o enfraquecimento da monarquia levava à deflagração de violenta guerra civil religiosa, em que disputavam a supremacia a Liga Católica (apoiada pela Espanha) e seus rivais, os huguenotes (apoiados por Isabel e os holandeses). No mar, corsários holandeses e ingleses interromperam a rota de abastecimento

espanhola para os Países Baixos e levaram a luta mais além, até a África Ocidental e as Caraíbas.

Em certas fases da guerra, em especial em fins da década de 1580 e princípios da década de 1590, a poderosa campanha espanhola pareceu ter êxito; em setembro de 1590, por exemplo, os exércitos espanhóis estavam operando no Languedoc e na Bretanha, e um outro exército, tendo à frente um destacado comandante, o duque de Parma, marchava sobre Paris, vindo do norte. Não obstante, as linhas das forças antiespanholas resistiram, mesmo sob tal pressão. O carismático huguenote francês, pretendente ao trono de França, Henrique de Navarra, foi bastante flexível para passar do protestantismo para o catolicismo, a fim de reforçar suas pretensões — para, em seguida, liderar uma parte cada vez maior da nação francesa contra os invasores espanhóis e a desacreditada Liga Católica. Com a Paz de Vervins, de 1598 — ano da morte de Filipe II de Espanha — Madri concordou em abandonar toda interferência na França. Também naquela época a Inglaterra de Isabel estava segura. A grande armada de 1588 e as duas tentativas espanholas posteriores de invasão tinham fracassado miseravelmente — como também a tentativa de explorar uma rebelião católica na Irlanda. Em 1604, mortos Filipe II e Isabel I, a Espanha e a Inglaterra chegaram a uma paz de concessões. Seriam necessários outros cinco anos, até a trégua de 1609, para que Madri negociasse a paz com os rebeldes dos Países Baixos; muito antes disso, porém, ficou clara a insuficiência do poderio espanhol para esmagar os Países Baixos, seja pelo mar, ou atacando as defesas terrestres (e aquáticas) firmemente protegidas pelo eficiente exército de Maurício de Nassau. A continuada existência desses três Estados, França, Inglaterra e as Províncias Unidas dos Países Baixos, todos capazes de questionar as pretensões dos Habsburgos no futuro, confirmou mais uma vez que a Europa de 1600 seria constituída de muitas nações, e não de uma hegemonia.

O terceiro grande espasmo de guerras que convulsionou a Europa nesse período ocorreu depois de 1618, recaindo pesadamente sobre a Alemanha. Essa área tinha sido poupada de uma luta religiosa total em fins do século XVI, mas apenas devido ao enfraquecimento da autoridade e do intelecto de Rodolfo II (Sacro Imperador Romano, 1576-1612) e a renovada ameaça turca na bacia do Danúbio (1593-1606). Atrás da fachada da unidade alemã, porém, as forças rivais católica e protestante manobravam para fortalecer sua posição e enfraquecer a de seus inimigos. Com o avançar do século XVII, a rivalidade entre a União Evangélica (fundada em 1608) e a Liga Católica (1609) intensificou-se. Além disso, os Habsburgos espanhóis apoiavam fortemente seus primos austríacos, e como o chefe da União Evangélica, o Eleitor Palatino Frederico IV, tinha laços com a Inglaterra e com os Países Baixos, parecia que os Estados da Europa se estavam alinhando para uma solução final de seus antagonismos político-religiosos.¹¹

Em 1618, a revolta dos Estados protestantes da Boêmia contra seu novo governante católico, Fernando II (imperador 1619-1637), constituiu portanto a fagulha necessária para inflamar outra série de ferozes lutas religiosas: a Guerra dos 30 Anos de 1618-1648. Nas primeiras fases dessa luta, as forças do imperador saíram-se bem, assistidas com eficiência por um exército espanhol-Habsburgo comandado pelo general Spinola. Mas em consequência disso,

uma combinação heterogênea de forças religiosas e leigas entraram no conflito, mais uma vez ansiosas por ajustar o equilíbrio na direção oposta. Os holandeses, que em 1621 suspenderam sua trégua com a Espanha, penetraram na Renânia para enfrentar o exército de Spinola. Em 1626, uma força dinamarquesa, comandada pelo seu monarca Cristiano IV, invadiu a Alemanha pelo norte. Nos bastidores, o influente estadista francês cardeal Richelieu procurava criar problemas para os Habsburgos, onde quer que pudesse. Nenhuma dessas manobras militares ou diplomáticas, porém, teve muito êxito, e em fins da década de 1620 o poderoso comandante Wallenstein do imperador Fernando parecia estar a caminho de impor uma autoridade geral centralizadora à Alemanha, chegando até mesmo ao litoral do Báltico.¹²

Mas essa rápida acumulação de poder imperial apenas provocou os muitos inimigos da Casa de Habsburgo, levando-os a lutar com mais empenho. Em princípios da década de 1630, o mais decidido desses inimigos era o aliciante e influente rei sueco, Gustavo Adolfo II (1611-1632), cujo exército bem preparado invadiu o norte da Alemanha em 1630 e avançou para a Renânia e a Baviera, no ano seguinte. Embora Gustavo tenha sido morto na batalha de Lützen, em 1632, isso de modo algum diminuiu o considerável papel sueco na Alemanha — ou, na verdade, as proporções gerais da guerra. Pelo contrário, em 1634 os espanhóis, sob Filipe IV (1621-1665) e seu grande primeiro-ministro, o conde-duque de Olivares, tinham resolvido ajudar seus primos austríacos mais intensamente do que antes; ao enviarem, porém, à Renânia um poderoso exército espanhol comandado pelo general Cardinal-Infante, forçaram Richelieu a decidir-se pelo envolvimento direto dos franceses, ordenando que suas tropas cruzassem várias fronteiras em 1635. A França vinha há anos sendo o líder tácito, indireto, da coalizão anti-Habsburgo, subvencionando todos os que combatiam as forças imperiais e espanholas. Agora, o conflito tornava-se aberto, e cada uma das coalizões começou a mobilizar ainda mais soldados, armas e dinheiro. A linguagem tornou-se correspondentemente mais dura. “Ou tudo será perdido, ou Castela será a chefe do mundo”, escreveu Olivares em 1635, ao planejar a tríplice invasão da França, no ano seguinte.¹³

A conquista de uma área do tamanho da França estava, porém, acima da capacidade militar das forças habsburguianas, que se aproximaram de Paris, mas logo tiveram de estender-se através da Europa. Soldados suecos e alemães pressionavam os exércitos imperiais no norte. Os holandeses e franceses estavam envolvendo como pinças os Países Baixos espanhóis. Além disso, uma revolta dos portugueses, em 1640, desviou contingentes e soldados espanhóis do norte da Europa para muito mais perto da pátria, embora nunca em quantidade suficiente para conseguir a reunificação da península. Na verdade, com a rebelião paralela dos catalães — ajudados prazerosamente pelos franceses — houve certo perigo de uma desintegração do núcleo espanhol em princípios da década de 1640. No além-mar, as expedições marítimas holandesas atacaram no Brasil, Angola e Ceilão, transformando o conflito naquilo que alguns historiadores chamam de primeira guerra global.¹⁴ Se essas últimas ações proporcionaram lucros aos Países Baixos, a maioria dos outros beligerantes estava, àquela época, sofrendo pesadamente com os prolongados anos de esforço militar; os exércitos da década de 1640 se

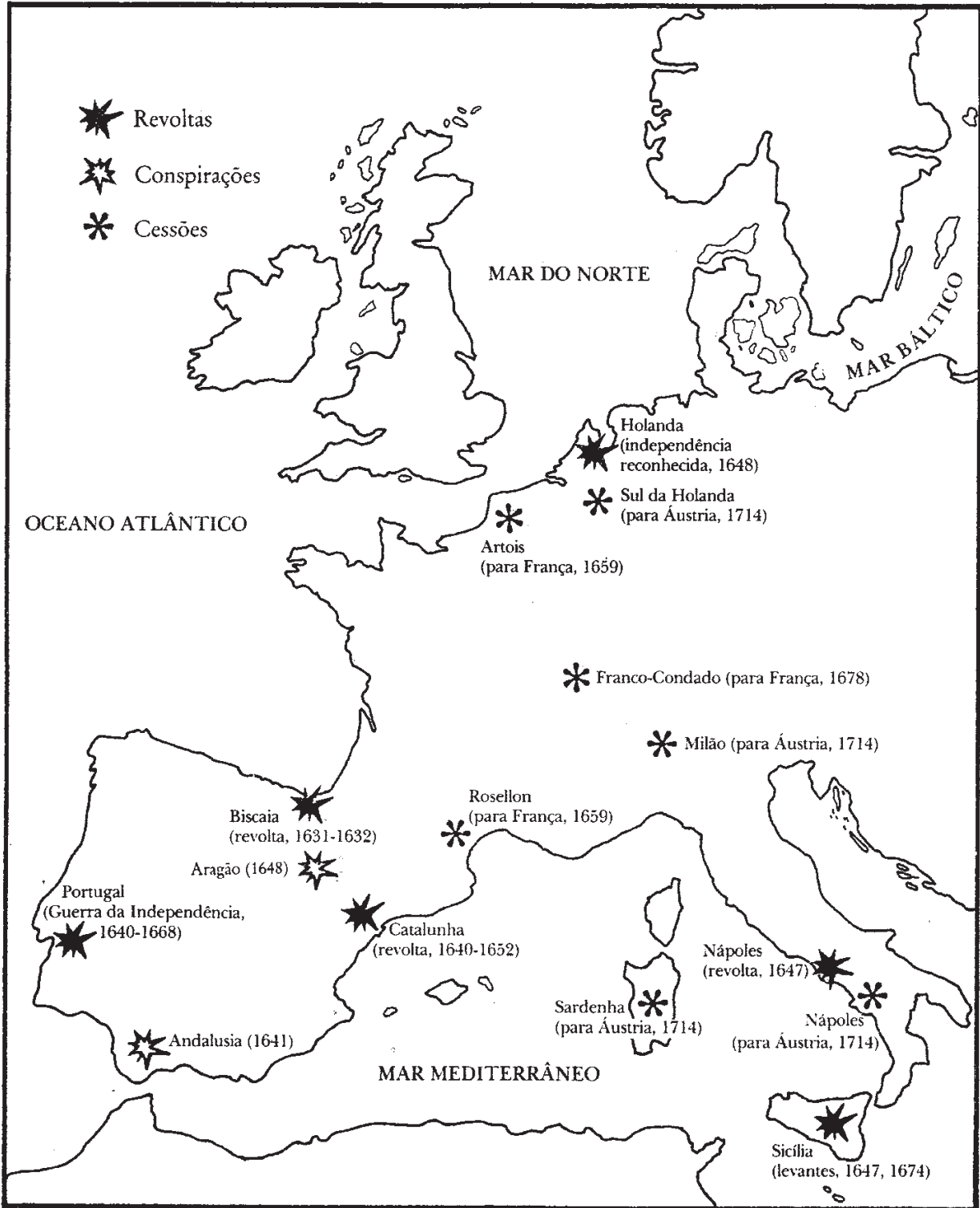
estavam tornando menores que os da década de 1630, os expedientes financeiros dos governos eram ainda mais desesperados, a paciência do povo era muito menor e seus protestos muito violentos. Mas precisamente devido à natureza interligada da luta, era difícil a qualquer dos participantes afastar-se dela. Muitos estados protestantes germânicos teriam feito exatamente isso, se tivessem a certeza de que os exércitos suecos também suspenderiam a luta e voltariam para casa; e Olivares e outros estadistas espanhóis teriam negociado uma trégua com a França, mas esta não abandonaria os holandeses. Negociações de paz secretas em vários níveis foram realizadas simultaneamente com campanhas militares em várias frentes, e cada potência consolava-se com o pensamento de que mais uma vitória fortaleceria suas pretensões na solução geral.

O fim da Guerra dos 30 Anos constitui, por isso, uma questão confusa. A Espanha celebrou subitamente a paz com os holandeses em 1648, reconhecendo finalmente a sua independência total; isso foi feito, porém, para privar a França de um aliado, e a luta franco-Habsburgo continuou. Tornou-se puramente franco-espanhola mais tarde naquele ano, quando a Paz de Vestfália (1648) trouxe finalmente a tranquilidade à Alemanha, e permitiu que os Habsburgos da Áustria se afastassem do conflito. Embora os estados e governos, individualmente, tivessem certos ganhos (e sofressem certas perdas), a essência da solução de Vestfália foi o reconhecimento do *equilíbrio* religioso e político dentro do Sacro Império Romano, confirmando dessa forma as limitações da autoridade imperial. Isso deixou França e Espanha empenhadas numa guerra que tinha tudo a ver com as rivalidades nacionais, e nada com a religião — como o sucessor de Richelieu, o ministro francês, Mazarin, demonstrou claramente em 1655, ao aliar-se à Inglaterra protestante de Cromwell para desfechar os golpes que finalmente levaram os espanhóis a concordar com a paz. As condições do Tratado dos Pireneus (1659) não foram particularmente duras, mas ao forçar a Espanha a um entendimento com o seu arquiinimigo revelaram que a era do predomínio Habsburgo na Europa tinha acabado. Tudo o que restava como “objetivo de guerra” para o governo de Filipe IV, portanto, era a preservação da unidade ibérica, e até mesmo esta teve de ser abandonada em 1668, quando a independência de Portugal foi formalmente reconhecida.¹⁵ A fragmentação política do continente permanecia, assim, mais ou menos na mesma situação existente quando da ascensão de Carlos V em 1519, embora a própria Espanha viesse a sofrer com novas rebeliões e perdas de territórios, ao aproximar-se o fim do século XVII (ver Mapa 4) — pagando o preço, por assim dizer, da sua excessiva extensão estratégica original.

Pontos fortes e fracos do bloco Habsburgo

Por que falharam os Habsburgos?¹⁶ Esta questão é tão ampla, e o processo foi tão lento, que não parece haver sentido em se procurarem razões pessoais, como a loucura do imperador Rodolfo II, ou a incompetência de Filipe III da Espanha. Também é difícil argumentar que a dinastia Habsburgo e seus altos funcionários fossem especialmente deficientes, se examinarmos as

Mapa 4: Colapso do poderio espanhol na Europa



falhas de muitos monarcas franceses e ingleses, e a venalidade ou idiotice de alguns príncipes germânicos. O enigma parece ainda maior se lembrarmos a vasta acumulação de poder material à disposição dos Habsburgos:

O fato de ter Carlos V herdado as coroas de quatro grandes dinastias, Castela, Aragão, Borgonha e Áustria; a posterior aquisição por sua Casa das coroas da Boêmia, Hungria, Portugal e, por um curto período, até mesmo da Inglaterra; e a coincidência desses acontecimentos dinâmicos com a conquista espanhola e exploração do Novo Mundo — tudo isso proporcionou à Casa dos Habsburgos uma abundância de recursos que nenhuma outra potência européia podia igualar.¹⁷

Tendo em vista as muitas lacunas e inexatidões das estatísticas existentes, não devemos dar muito crédito aos dados populacionais dessa época; seria justo, porém, supor que, em princípios da Europa moderna, cerca de um quarto dos seus povos vivia em território governado pelos Habsburgos. Esses totais imperfeitos,* porém, eram menos importantes do que a riqueza da região em questão, e sob esse aspecto o legado dinástico parece ter sido abençoado com a abundância.

Eram cinco as fontes principais das finanças dos Habsburgos, com várias outras menores. A mais importante foi, de longe, o legado espanhol de Castela, já que era governada diretamente e vários impostos regulares, de diferentes tipos (sobre venda, o imposto da “cruzada” sobre propriedades religiosas), tinham sido concedidos à coroa pelas cortes e pela Igreja. Além disso, havia as duas mais ricas áreas de comércio da Europa — os estados italianos e os Países Baixos — que podiam proporcionar recursos relativamente grandes com sua riqueza mercantil e seu capital móvel. A quarta fonte, que ganhava importância com o tempo, era a receita do império americano. O “quinto real” da prata e ouro ali extraídos, juntamente com o imposto de vendas, tarifas aduaneiras e tributos da igreja no Novo Mundo, proporcionavam um vasto rendimento aos reis da Espanha, não só direta, como também indiretamente, pois os tesouros americanos que ficavam em mãos de particulares, fossem espanhóis, flamengos ou italianos, ajudavam essas pessoas e empresas a pagar os crescentes impostos e, em emergências, o monarca podia sempre tomar grandes empréstimos dos banqueiros, na expectativa de saldar seus débitos quando chegasse a frota da prata. O fato de estarem em território Habsburgo as principais casas financeiras e mercantis — as do sul da Alemanha, de certas cidades italianas, e de Antuérpia — deve ser considerado como uma vantagem adicional, e como a quinta maior fonte de renda.¹⁸ Ela era certamente mais acessível do que, digamos, as receitas da Alemanha, onde os príncipes e cidades livres representados no Reichstag só votavam dinheiro ao imperador quando o turco lhes estava às portas.¹⁹

Na era pós-feudal, quando os cavaleiros já não tinham de prestar serviço militar individual (pelo menos na maioria dos países), nem as cidades litorâneas de fornecer um navio, a disponibilidade de dinheiro sonante e a

* Como número aproximado, isso significaria cerca de 25 milhões, numa população européia total de 105 milhões em 1600.

posse de um bom crédito eram absolutamente essenciais a qualquer estado em guerra. Só pelo pagamento direto (ou promessa de pagamento) podiam os navios, reservas navais e armamentos e alimentos necessários serem mobilizados dentro da economia de mercado, para equipar uma frota de combate; só pelo fornecimento de provisões e salários em bases razoavelmente freqüentes era possível evitar os motins das tropas e dirigir suas energias contra o inimigo. Além disso, embora essa época seja comumente considerada como a era em que o “estado-nação” começou a existir na Europa ocidental, todos os governos valiam-se muito de mercenários estrangeiros para aumentar seus exércitos. Também sob esse aspecto os Habsburgos foram afortunados, pois podiam recrutar facilmente na Itália e Países Baixos, além da Espanha e Alemanha; o famoso Exército de Flandres, por exemplo, era composto de seis nacionalidades principais, razoavelmente fiéis à causa católica mas, ainda assim, exigindo um pagamento regular. Em termos navais, o legado dos Habsburgos podia produzir uma imponente concentração de navios de guerra: nos últimos anos de Filipe II, por exemplo, galeras mediterrâneas, grandes carracas de Gênova e Nápoles, e a variada frota portuguesa podiam reforçar as armadas de Castela e Aragão.

Mas talvez a maior vantagem militar de que dispunham os Habsburgos durante esses 140 anos tenha sido a infantaria treinada na Espanha. A estrutura social e o clima das idéias fizeram de Castela uma área ideal de recrutamento; ali, observa Lynch, “as armas se tinham tornado uma ocupação elegante e lucrativa não só para os nobres, mas também para toda a população”.²⁰ Além disso, Gonzalo de Córdoba, o “Grão Capitão”, tinha introduzido modificações na organização da infantaria em princípios do século XVI, e desde então e até meados da Guerra dos 30 Anos, o *tercio* espanhol foi a mais eficiente unidade nos campos de batalha da Europa. Com esses regimentos integrados de até 3 mil lanceiros, espadachins e arcabuzeiros, treinados para se apoiarem mutuamente, o exército espanhol derrotou numerosos inimigos e reduziu em muito a reputação — e a eficiência — da cavalaria francesa e das falanges de lanceiros suíços. Ainda na batalha de Nördlingen (1634), a infantaria de Cardinal-Infante resistiu a 15 cargas do formidável exército sueco e depois, como as tropas de Wellington em Waterloo, avançou sinistramente para esmagar seu inimigo. Em Rocroi (1643), embora cercados pelos franceses, os espanhóis lutaram até a morte. Ali estava, na realidade, um dos mais fortes pilares do edifício Habsburgo; e é significativo o fato de que o poderio espanhol só apresentou fissuras *visíveis* em meados do século XVII, quando seu exército consistia principalmente de mercenários germânicos, italianos e irlandeses, com um número muito menor de guerreiros de Castela.

Apesar de todas essas vantagens, a aliança dinástica hispano-austriaca não poderia predominar nunca. Por maiores que os seus recursos financeiros e militares parecessem aos contemporâneos, não foram nunca suficientes para satisfazer as necessidades. Essa deficiência crítica foi causada por três fatores que interagiram durante todo o período — e que, por extensão, nos oferecem grandes lições para o estudo do conflito armado.

O primeiro desses fatores, mencionado rapidamente acima, foi a “revolução militar” de princípios da Europa moderna: ou seja, o aumento maciço na escala, custo e organização da guerra, ocorrido nos 150 anos que,

de modo geral, se seguiram à década de 1520.²¹ Essa modificação resultou de vários elementos interligados, táticos, políticos e demográficos. Os golpes desfechados contra o domínio do campo de batalha pela cavalaria — primeiro pelos lanceiros suíços, depois pelas formações fixas de homens com lanças, espadas, arcos e arcabuzes — significou que a maior e mais importante parte de um exército passava a ser a sua infantaria. Essa conclusão foi reforçada pelo desenvolvimento da *trace italienne*, o sofisticado sistema de fortificações e bastiões das cidades, mencionado no capítulo anterior. Equipar de homens esses sistemas defensivos ou sitiá-los exigia um número muito grande de soldados. É claro que numa grande campanha um comandante bem organizado usaria com êxito um volume também grande de cavalaria e artilharia, mas essas duas armas estavam muito menos presentes do que os regimentos de soldados a pé. Não ocorreu, portanto, o abandono das forças de cavalaria, mas sim um aumento acentuado da proporção da infantaria nos exércitos. Sendo mais baratos de equipar e alimentar, os soldados a pé podiam ser recrutados em maiores números, especialmente porque a população da Europa estava crescendo. Naturalmente, tudo isso criava imensas exigências de organização para os governos, mas não tão grandes que congestionassem necessariamente as burocracias das “novas monarquias” do Ocidente — tal como o enorme aumento do tamanho dos exércitos não tornaria, inevitavelmente, impossível a tarefa de um general, desde que suas forças tivessem uma boa estrutura de comando e estivessem bem treinadas.

O exército do Império Espanhol provavelmente constitui o melhor exemplo da “revolução militar” em ação. Como notam seus historiadores, “não há prova de que algum dos Estados tenha contribuído com mais de 30 mil homens” na luta franco-espanhola pela Itália, antes de 1529. Mas:

Em 1536-7, o imperador Carlos V mobilizou 60 mil homens só na Lombardia para a defesa de sua recente conquista, Milão, e para a invasão da Provença francesa. Em 1552, atacado simultaneamente em todas as frentes — na Itália, Alemanha, Países Baixos e Espanha, no Atlântico e no Mediterrâneo — Carlos V recrutou 109 mil homens na Alemanha e Países Baixos, 24 mil mais na Lombardia, e ainda mais na Sicília, Nápoles e Espanha. O imperador deve ter tido sob seu comando, e portanto a seu soldo, cerca de 150 mil homens. A tendência ascendente continuou. Em 1574, o Exército Espanhol de Flandres, sozinho, tinha 86 mil homens, ao passo que apenas meio século depois Filipe IV podia proclamar orgulhosamente que as forças armadas sob seu comando em 1625 chegavam a nada menos do que 300 mil homens. Em todos esses exércitos, o aumento real dos números ocorreu entre a infantaria, em especial entre os lanceiros.²²

O que acontecia em terra encontrava paralelo, em grande parte, no mar. A expansão do comércio marítimo (em especial, transoceânico), as rivalidades entre as frotas adversárias na Mancha, no oceano Índico ou ao largo de certas colônias espanholas na América, as ameaças representadas pelos corsários da Barbária e pelas frotas de galeras otomanas, tudo isso interagiu com a nova tecnologia de construção de navios, para torná-los maiores e muito mais bem armados. Naquela época não havia uma divisão rigorosa entre um navio de guerra e um navio mercante; praticamente todos os navios de comércio, de

bom tamanho, levavam canhões para repelir os piratas e outros predadores. Havia, porém, a tendência para a criação de armadas *reais*, de modo que o monarca possuísse pelo menos certo número de navios de guerra regulares, para formar o núcleo em torno do qual se pudesse congregiar uma grande frota de navios mercantes, galeças e pinaças armadas em tempo de guerra. Henrique VIII da Inglaterra deu considerável apoio a esse plano, ao passo que Carlos V preferiu requisitar os galeões e galeras de particulares, de suas possessões espanhola e italiana, a construir sua própria marinha. Filipe II, sob uma pressão muito maior no Mediterrâneo e depois no Atlântico, não pôde dar-se a esse luxo. Teve de organizar e custear um programa maciço de construção de galeras, em Barcelona, Nápoles e Sicília; em 1574 estava mantendo um total de 146 galeras, quase três vezes o número de 12 anos antes.²³ A explosão da guerra no Atlântico, na década seguinte, exigiu um esforço ainda maior ali: eram necessários navios de guerra oceânicos para proteger as rotas para as Índias Ocidentais ou Antilhas, e (depois da absorção de Portugal) para o Oriente, para defender o litoral espanhol contra os ataques ingleses, e, por fim, para levar um exército invasor até as Ilhas Britânicas. Depois da paz anglo-espanhola de 1604, a Espanha ainda precisava de uma frota grande para evitar os ataques holandeses em alto mar e para manter comunicações com Flandres. E, década a década, esses navios de guerra se tornavam mais armados e muito mais caros.

Foram esses custos crescentes da guerra que revelaram a debilidade real do sistema Habsburgo. A inflação geral, que viu os preços dos alimentos aumentarem cinco vezes, e os preços industriais três vezes, entre 1500 e 1630, constituiu um golpe bastante pesado para as finanças governamentais; isso se agravava pela duplicação e reduplicação do tamanho dos exércitos e armadas. Em consequência, os Habsburgos estavam empenhados numa luta quase que contínua pela solvência. Depois de suas várias campanhas na década de 1540 contra Argel, os franceses e os protestantes alemães, Carlos V viu que suas rendas ordinária e extraordinária não podiam, de modo algum, atender às despesas, e suas receitas estavam empenhadas aos banqueiros por vários anos. Só com a medida desesperada de confiscar o tesouro das Índias e tomar todo o numerário em Espanha, foi possível encontrar os recursos necessários para manter a guerra contra os príncipes protestantes. Sua campanha de 1552, em Metz, custou, apenas ela, 2,5 milhões de ducados — cerca de 10 vezes a receita normal que o imperador recolhia das Américas naquela época. Não é de surpreender que ele tivesse sido levado repetidas vezes a levantar novos empréstimos, mas sempre em condições cada vez piores: à medida que o crédito da coroa diminuía, os juros cobrados pelos banqueiros subiam rapidamente, a tal ponto que a receita ordinária tinha de ser usada simplesmente para pagar os juros de dívidas passadas.²⁴ Quando Carlos abdicou, deixou para Filipe II uma dívida espanhola oficial de cerca 20 milhões de ducados.

Filipe herdou também um estado de guerra com a França, e tão caro que em 1557 a coroa espanhola teve de declarar bancarrota. Com isso, grandes casas bancárias, como os Fuggers, também foram postas de joelhos. O fato de ter sido a França forçada a reconhecer sua própria falência, no mesmo ano, foi um pobre consolo — e constituiu a principal razão para que ambas concordassem em negociar em Cateau-Cambrésis em 1559 — pois Filipe teve

então de enfrentar imediatamente o poderoso inimigo turco. A guerra de 20 anos no Mediterrâneo, a campanha contra os mouros de Granada e, em seguida, o esforço militar correlato nos Países Baixos, norte de França e canal da Mancha, levaram a coroa a buscar todas as fontes possíveis de renda. As receitas de Carlos V triplicaram durante seu reinado, mas as de Filipe II “dobraram no período de 1556-73 apenas, e mais do que redobram ao final do reinado”.²⁵

Suas despesas, porém, eram muito maiores. Na campanha de Lepanto (1571), calculou-se que a manutenção das frotas e soldados cristãos custaria mais de 4 milhões de ducados, anualmente, embora uma boa parte desse ônus coubesse a Veneza e ao papado.²⁶ Os pagamentos ao Exército de Flandres já eram enormes na década de 1570, e quase sempre atrasados, o que provocava revoltas dos soldados, em particular depois que Filipe suspendeu, em 1575, os pagamentos de juros aos seus banqueiros genoveses.²⁷ A receita muito maior, proveniente das minas americanas — cerca de 2 milhões de ducados por ano na década de 1580, em comparação com um décimo disso, quatro décadas antes — salvaram as finanças da coroa e o seu crédito temporariamente. Mas a armada de 1588 custou 10 milhões de ducados e seu triste destino representou um desastre financeiro, bem como naval. Em 1596, depois de levantar empréstimos num ritmo épico, Filipe mais uma vez deixou de pagar. Ao morrer, dois anos depois, suas dívidas chegavam à enorme soma de 100 milhões de ducados, e os juros sobre essa soma importavam dois terços de todas as receitas.²⁸ Embora a paz com a França e a Inglaterra se tivesse feito logo depois, a guerra contra os holandeses arrastou-se até a trégua de 1609, precipitada pelos motins do exército espanhol e por uma nova bancarrota em 1607.

Nos poucos anos de paz que se seguiram, não houve redução substancial dos dispêndios governamentais espanhóis. Além dos pagamentos maciços de juros, ainda havia a tensão no Mediterrâneo (exigindo um grandioso esquema de construção de fortificações costeiras), e o extenso império espanhol continuava sujeito às depredações dos corsários (exigindo consideráveis investimentos na defesa das Filipinas e Caraíbas, bem como na frota de alto-mar).²⁹ O estado de trégua armada na Europa, existente depois de 1610, não sugeria aos orgulhosos líderes espanhóis a possibilidade de redução de seus gastos com armas. A deflagração da Guerra dos 30 Anos apenas transformou em quente uma guerra que era fria, e produziu um maior fluxo de soldados e dinheiro espanhol para Flandres e Alemanha. É interessante notar que a série de vitórias iniciais dos Habsburgos na Europa, e a bem-sucedida defesa das Américas, nesse período, coincidiram em grande parte — e foram por eles ajudadas — com os aumentos significativos de remessas de ouro do Novo Mundo. Da mesma forma, a redução nos recebimentos de tesouros depois de 1626, a declaração de insolvência do ano seguinte, e o estupendo sucesso holandês ao aprisionar a frota da prata em 1628 (ao custo, para a Espanha e seus habitantes, de 10 milhões de ducados) fez com que o esforço de guerra esmorecesse por algum tempo. E apesar da aliança com o imperador, não havia como (exceto no breve período de controle de Wallenstein) compensar com as receitas alemãs essa deficiência espanhola.

Seria esse, portanto, o padrão espanhol para os 30 anos de guerra que se seguiram. Arrancando novos empréstimos, impondo novos tributos e

utilizando todos os ganhos das Américas, um grande esforço militar como, digamos, a intervenção de Cardinal-Infante na Alemanha em 1634-1635, podia ser sustentado; mas os corrosivos custos da guerra sempre acabavam desgastando esses ganhos a curto prazo, e dentro de mais uns poucos anos a posição financeira era pior do que nunca. Na década de 1640, depois das revoltas catalã e portuguesa, e com o fluxo do tesouro americano muito reduzido, era inevitável um lento e prolongado declínio.³⁰ Que outro destino podia esperar uma nação que, embora dispondo de formidáveis combatentes, era dirigida por governos que gastavam sempre duas ou três vezes mais do que as receitas habituais?

A segunda causa principal do fracasso espanhol e austríaco deve evidenciar-se da narrativa feita acima: os Habsburgos simplesmente tinham coisas demais a fazer, inimigos demais a combater e frentes demais a defender. A resistência das tropas espanholas não podia compensar a necessidade de dispersá-las pelas guarnições internas, pelo norte da África, na Sicília e Itália e no Novo Mundo, bem como pelos Países Baixos. Como o Império Britânico três séculos depois, o bloco dos Habsburgos era um conglomerado de territórios muito dispersos, um *tour de force* político-dinástico que exigia enormes recursos permanentes, em materiais e engenhosidade, para manter-se de pé. Como tal, constitui um dos melhores exemplos de excessiva distensão estratégica na história: pois o preço de ter tantos territórios era a existência de numerosos inimigos, peso esse carregado também pelo Império Otomano contemporâneo.³¹

Com isso se relaciona a questão, muito significativa, da cronologia das guerras dos Habsburgos. Eram freqüentes, nesse período, os conflitos europeus, é certo, e seus custos constituíam um peso terrível para todas as sociedades. Mas os outros Estados — França, Inglaterra, Suécia e até mesmo o Império Otomano — desfrutaram de certos períodos de paz e recuperação. Foi o destino dos Habsburgos, em especial os de Espanha, ter de voltar-se imediatamente da luta contra um inimigo para um novo conflito contra outro; à paz com a França seguiu-se a guerra com os turcos; à trégua no Mediterrâneo sucedeu-se um extenso conflito no Atlântico, que por sua vez foi substituído pela luta no noroeste da Europa. Durante alguns períodos terríveis, a Espanha imperial combateu em três frentes ao mesmo tempo, e com seus inimigos ajudando-se uns aos outros, de forma deliberada, diplomática, comercial e mesmo militarmente.³² Em termos contemporâneos, a Espanha assemelhava-se a um grande urso acuado: mais forte do que qualquer dos cães que o atacavam, mas sem poder acabar com todos os seus adversários, e desgastando-se cada vez mais nesse processo.

Mas como poderiam os Habsburgos sair desse círculo vicioso? Os historiadores falaram da dispersão crônica de energias, afirmando que Carlos e seus sucessores deviam ter formulado uma série bem definida de prioridades de defesa.³³ Isso sugere que algumas áreas eram sacrificáveis, mas quais?

Em retrospecto, pode-se argumentar que os Habsburgos austríacos, e em particular Fernando II, teriam sido mais prudentes abstendo-se de continuar com a Contra-Reforma no norte da Alemanha, pois isso provocou pesadas perdas e poucos ganhos. Não obstante, o imperador teria necessidade de manter um exército considerável na Alemanha para impedir o particularismo

dos príncipes, as intrigas francesas e a ambição sueca; e também não poderia haver redução desse poderio armado dos Habsburgos enquanto os turcos estivessem na Hungria, a apenas 250 quilômetros de Viena. O governo espanhol, por sua vez, não podia permitir a derrota de seus primos austríacos às mãos dos franceses e dos luteranos, nem às mãos dos turcos, pelo que isso significaria para a posição da própria Espanha na Europa. Esse cálculo, porém, não parecia aplicar-se inversamente. Depois do afastamento de Carlos V em 1556, o império não costumava sentir-se obrigado a ajudar Madri em suas guerras na Europa ocidental e no além-mar; mas a Espanha, consciente de que havia maiores valores em jogo, comprometia-se com o império.³⁴ As conseqüências a longo prazo dessa disparidade de sentimentos e compromissos são interessantes. O fracasso dos objetivos dos Habsburgos da Espanha na Europa, em meados do século XVII, estava claramente relacionado com seus problemas internos e o declínio econômico relativo: tendo-se estendido demasiado em todas as direções, a Espanha estava agora fraca no centro. No caso dos Habsburgos da Áustria, por outro lado, embora eles não conseguissem derrotar o protestantismo na Alemanha, conseguiram uma *consolidação* de poderes nas terras dinásticas (Áustria, Boêmia etc.), de tal modo que nessa grande base territorial — e com a criação, mais tarde, de um exército profissional permanente,³⁵ — o Império Habsburgo seria capaz de ressurgir como grande potência européia nas últimas décadas do século XVII, exatamente quando a Espanha entrava num período de declínio ainda mais acentuado.³⁶ Naquela fase, porém, a recuperação da Áustria dificilmente poderia representar um consolo para os estadistas em Madri, que sentiam ter de procurar aliados em outros lugares.

É fácil compreender por que as possessões do Novo Mundo eram uma área de importância vital para a Espanha. Durante bem mais de um século, elas proporcionaram aquele acréscimo regular à riqueza da Espanha, e portanto ao seu poder militar, sem o qual o esforço Habsburgo não poderia ter sido mantido por tanto tempo. Mesmo quando os ataques ingleses e holandeses contra o império colonial hispano-português exigiram um dispêndio crescente em frotas e fortificações de além-mar, os ganhos diretos e indiretos da coroa espanhola nesses territórios continuavam consideráveis. Abandoná-los era impensável.

Restavam as possessões Habsburgo na Itália e em Flandres. Das duas, a retirada da Itália era a menos recomendável. Na primeira metade do século XVI, os franceses teriam preenchido o vazio de poder ali e usado a riqueza italiana para as suas próprias finalidades — e em detrimento dos Habsburgos. Na segunda metade daquele século, a Itália era, literalmente, o bastião mais avançado da segurança espanhola frente à expansão otomana para o ocidente. À parte o golpe para o prestígio espanhol e a religião cristã que representaria um ataque turco contra a Sicília, Nápoles e Roma, a perda desse bastião teria sido um grave revés estratégico. A Espanha teria então de gastar ainda mais dinheiro nas fortificações costeiras e nas frotas de galeras, que de qualquer modo estavam consumindo a maior parte do orçamento bélico nas primeiras décadas do reinado de Filipe. Portanto, fazia sentido, militarmente, empenhar as forças existentes na defesa ativa do Mediterrâneo central, pois isso mantinha o inimigo turco à distância; e tinha ainda a vantagem de serem os custos de

tal campanha partilhados pelas possessões italianas dos Habsburgos, pelo papado e, ocasionalmente, por Veneza. O abandono dessa frente não trazia vantagens e encerrava muitos perigos em potencial.

Por eliminação, portanto, os Países Baixos eram a única área em que as perdas Habsburgo podiam ser cortadas; e, afinal de contas, os custos do Exército de Flandres na “Guerra dos 80 Anos” contra aquelas províncias foram, devido às dificuldades do terreno e aos progressos nas fortificações,³⁷ muito grandes, excedendo de muito as de qualquer outra frente. Até mesmo no auge da “Guerra dos 30 Anos”, cinco ou seis vezes mais dinheiro foi destinado à guarnição de Flandres do que às forças na Alemanha. “A guerra nos Países Baixos”, observou um conselheiro espanhol, “foi a ruína total desta monarquia”. De fato, entre 1566 e 1654 a Espanha mandou pelo menos 218 milhões de ducados para o Tesouro Militar nos Países Baixos, consideravelmente mais do que a soma total (121 milhões de ducados) das receitas da coroa com as Índias.³⁸ Também estrategicamente Flandres era muito mais difícil de defender: a rota marítima ficava por vezes à mercê dos franceses, ingleses e holandeses — como se evidenciou claramente quando o almirante holandês Tromp esmagou uma frota espanhola que levava soldados de reforço, em 1639 — mas a “Estrada Espanhola” da Lombardia, via vales suíços ou Savóia e Franco-Condado, passando pelas fronteiras orientais da França até o baixo Reno, também tinha pontos de estrangulamento muito vulneráveis.³⁹ Valeria realmente a pena continuar tentando controlar uns poucos milhões de recalitrantes nos Países Baixos, no extremo de uma extensa linha de comunicações, a tal preço? Por que não deixar, como disseram astutamente os representantes das Cortes de Castela, muito onerados pelos impostos, os rebeldes apodrecerem com a sua heresia? O castigo divino os esperava e a Espanha não teria de carregar mais esse peso.⁴⁰

As razões apresentadas contra uma retirada imperial daquele teatro de guerra não teriam convencido os que se queixavam do desperdício de recursos, mas têm uma certa lógica. Em primeiro lugar, se a Espanha não tivesse mais Flandres, esta ficaria com a França ou com as Províncias Unidas, aumentando com isso o poder e o prestígio de um desses inveterados inimigos dos Habsburgos; e tal idéia era repulsiva aos dirigentes da política espanhola, para quem a “reputação” significava mais do que qualquer outra coisa. Segundo, havia o argumento apresentado por Filipe IV e seus conselheiros, de que um confronto naquela região pelo menos afastaria as forças hostis de outros lugares mais delicados: “Embora a guerra que travamos nos Países Baixos tenha exaurido nosso tesouro e nos levado às dívidas em que incorremos, também desviou nossos inimigos naquelas áreas, de modo que, se assim não fosse, é certo que teríamos a guerra na Espanha ou em algum lugar mais próximo.”⁴¹ Finalmente, havia a “teoria do dominó” — se os Países Baixos fossem perdidos, o mesmo aconteceria com a causa Habsburgo na Alemanha, as possessões menores como o Franco-Condado, talvez até mesmo a Itália. Eram, é claro, argumentos hipotéticos, mas o interessante é que os estadistas em Madri e seus comandantes militares em Bruxelas viam um todo estratégico interligado, que desabaria se uma das partes caísse:

Os primeiros e maiores perigos (dizia esse raciocínio no ano crítico de 1635) são os que ameaçam a Lombardia, os Países Baixos e a Alemanha. Uma derrota em qualquer desses três é fatal para esta monarquia, a tal ponto que se a derrota em tais áreas for grande, o resto da monarquia desabarará; pois a Alemanha será seguida pela Itália e pelos Países Baixos, e os Países Baixos serão seguidos pela América; e a Lombardia será seguida por Nápoles e Sicília, sem a possibilidade de defender nenhum deles.⁴²

Ao aceitar essa lógica, a coroa espanhola comprometeu-se com uma generalizada guerra de atrito, que duraria até a vitória, até que se estabelecesse uma paz de concessões ou todo o sistema estivesse exaurido.

Basta, talvez, mostrar que apenas os custos de guerra constante e a disposição de não abandonar nenhuma das quatro frentes principais acabariam solapando as ambições imperiais espanholas, de qualquer modo. Não obstante, os indícios são da existência de uma terceira causa correlata, ou seja, que o governo espanhol, em particular, falhou na mobilização mais eficiente dos recursos existentes e, com atos de loucura econômica, contribuiu para a erosão de seu próprio poderio.

Embora os estrangeiros considerassem com frequência o império de Carlos V, ou o de Filipe II, como monolítico e disciplinado, ele era na verdade um amontoado de territórios, cada qual com privilégios próprios e orgulhoso de sua identidade.⁴³ Não havia uma administração central (e muito menos uma legislatura ou judiciário) e o único elo de ligação real era o próprio monarca. A ausência dessas instituições, que poderiam ter estimulado um sentimento de unidade, e o fato de que o governante nunca podia visitar o país tornavam difícil ao rei levantar fundos numa parte de seus domínios para guerrear em outra. Os contribuintes da Sicília e Nápoles pagariam de boa vontade a construção de uma frota para resistir aos turcos, mas queixavam-se amargamente ante a idéia de financiar a luta espanhola nos Países Baixos; os portugueses viam sentido em apoiar a defesa do Novo Mundo, mas não se entusiasmavam com as guerras germânicas. Esse localismo intenso tinha contribuído para a defesa ciosa dos direitos fiscais, nos quais se refletia. Na Sicília, por exemplo, os estados resistiram aos primeiros esforços dos Habsburgos para aumentar a tributação e se levantaram contra o vice-rei espanhol em 1516 e 1517; sendo pobre, anárquica e dispõdo de um parlamento, era muito improvável que a Sicília contribuísse muito para a defesa geral dos interesses Habsburgos.⁴⁴ No reino de Nápoles e na aquisição mais recente de Milão, os obstáculos legislativos eram menores para os administradores espanhóis, pressionados por Madri para encontrarem novos recursos. Ambas *podiam*, portanto, proporcionar considerável ajuda financeira durante o reinado de Carlos V; na prática, porém, a luta para manter Milão e as guerras contra os turcos significaram em geral a inversão desse fluxo. Para conservar o seu “baluarte” mediterrâneo, a Espanha tinha de enviar milhões de ducados para a Itália, para serem somados aos que eram recolhidos ali. Durante a Guerra dos 30 Anos, o padrão voltou a inverter-se, e os tributos italianos ajudaram a custear as guerras na Alemanha e nos Países Baixos. Tomando, porém, esse período de 1519-1659 como um todo, é difícil acreditar que as possessões dos Habsburgos na Itália tenham contribuído substancialmente mais — se contribuíram — para o fundo comum, do que dele receberam para a sua própria defesa.⁴⁵

Os Países Baixos tornaram-se, é claro, um peso ainda maior para as receitas imperiais em geral. No início do reinado de Carlos V, os Estados Gerais proporcionaram um total crescente de impostos, embora sempre questionando o volume e insistindo no reconhecimento de seus privilégios. Nos últimos anos do imperador, a irritação com os freqüentes tributos extraordinários exigidos para as guerras na Itália e Alemanha juntou-se ao descontentamento religioso e às dificuldades comerciais, para produzir uma hostilidade generalizada contra a dominação espanhola. Em 1565, a dívida estatal dos Países Baixos chegava a 10 milhões de florins, e os seus pagamentos, mais os custos da administração normal, eram superiores à receita, de modo que o déficit tinha de ser subvencionado pela Espanha.⁴⁶ Quando, depois de mais uma década de má administração de Madri, esses ressentimentos locais explodiram em revolta aberta, os Países Baixos tornaram-se um escoadouro colossal de recursos imperiais, com os 65 mil soldados, ou mais, do Exército de Flandres consumindo um quarto dos dispêndios totais do governo espanhol, década após década.

A falha mais desastrosa na mobilização de recursos estava, porém, na própria Espanha, onde os direitos fiscais da coroa eram, na verdade, muito limitados. Os três reinos da coroa de Aragão (isto é, Aragão, Catalunha e Valência) tinham leis e sistemas tributários próprios, o que lhes dava uma notável autonomia. Na verdade, a única receita certa para o monarca vinha das propriedades reais; os impostos adicionais eram raros e pagos com relutância. Quando, por exemplo, um governante desesperado como Filipe IV tentou fazer, em 1640, a Catalunha pagar pelos soldados ali mandados para defender a fronteira espanhola, conseguiu apenas provocar uma prolongada e famosa revolta. Portugal, embora conquistado de 1580 até a sua própria revolta em 1640, era totalmente autônomo em assuntos fiscais e não contribuía de maneira regular para a causa geral Habsburgo. Isso deixava Castela como a verdadeira “vaca leiteira” do sistema tributário espanhol, embora mesmo ali as províncias bascas estivessem isentas. A nobreza agrária, fortemente representada nas Cortes de Castela, estava em geral disposta a aprovar impostos dos quais estava isenta. Além disso, tributos como a *alcabala* (um imposto de 10% sobre as vendas) e as tarifas aduaneiras, que constituíam as receitas normais, juntamente com os *servicios* (tributos fixados pelas Cortes), *millones* (imposto sobre alimentos, também fixado pelas Cortes), e os vários recursos destinados à Igreja, que eram as principais receitas extraordinárias, tendiam todos a recair sobre o comércio, a troca de mercadorias, e os pobres, espalhando dessa forma a pobreza e o descontentamento, e contribuindo para o despovoamento (pela emigração).⁴⁷

Até que o fluxo de prata americana trouxesse receitas adicionais maciças para a coroa espanhola (aproximadamente da década de 1560 até fins da década de 1630), o esforço de guerra Habsburgo apoiou-se principalmente nos ombros dos camponeses e comerciantes de Castela; e mesmo em seu auge, a renda real das fontes do Novo Mundo era apenas de um quarto a um terço da recolhida em Castela dos seus seis milhões de habitantes. A menos e até que o peso dos tributos pudesse ser dividido de maneira mais justa dentro daquele reino e, na verdade por todos os territórios dos Habsburgos, essa base de sustentação das enormes despesas militares da época teria de ser, forçosamente, pequena.

O que tornava absolutamente certa essa inadequação eram as medidas econômicas retrógradas, relacionadas com a exploração dos contribuintes castelhanos.⁴⁸ O *ethos* social do reino não tinha sido nunca muito favorável ao comércio, mas em princípios do século XVI o país era relativamente próspero, orgulhando-se de uma população crescente e de algumas indústrias significativas. Mas o advento da Contra-Reforma e das muitas guerras dos Habsburgos estimulou os elementos religiosos e militares da sociedade espanhola, enfraquecendo ao mesmo tempo os comerciais. Os incentivos econômicos existentes nessa sociedade mostravam a vantagem de conseguir um benefício religioso ou de comprar uma patente da nobreza menor. Havia uma falta crônica de artesãos especializados — por exemplo, na indústria de armamentos — e a mobilidade da mão-de-obra e a flexibilidade no exercício dos ofícios eram obstadas pelas guildas.⁴⁹ Até mesmo o desenvolvimento da agricultura foi retardado pelos privilégios da mesta, a famosa guilda dos donos de carneiros, cujos rebanhos podiam pastar por todo o reino; com o crescimento da população espanhola na primeira metade do século XVI, isso simplesmente levou a uma crescente necessidade de importar cereais. Como os pagamentos que a mesta fazia por esses direitos de pastagem iam para o tesouro real, e a revogação desse costume teria irritado alguns dos mais decididos defensores da coroa, não havia como modificar o sistema. Finalmente, apesar de algumas exceções notáveis — os comerciantes de lã, o financista Simon Ruiz, a região em volta de Sevilha — a economia castelhana também era, no todo, fortemente dependente das importações de manufaturas estrangeiras e dos serviços proporcionados por não-espanhóis, em particular os genoveses, portugueses e flamengos. Dependia também dos holandeses, mesmo durante as hostilidades: “em 1640, três quartos das mercadorias chegadas aos portos espanhóis eram transportados por navios holandeses”,⁵⁰ proporcionando lucros aos maiores inimigos da nação. Não é de surpreender que a Espanha sofresse de constante desequilíbrio na balança de comércio, que só podia ser reequilibrada com a reexportação do ouro e prata americanos.

Os custos enormes de 140 anos de guerras foram, portanto, impostos a uma sociedade que estava economicamente mal preparada para assumi-los. Incapazes de aumentar a receita por meios mais eficientes, os monarcas Habsburgos recorreram a vários expedientes, fáceis a curto prazo mas desastrosos para o bem do país, a longo prazo. Os impostos eram constantemente aumentados por todos os meios, mas raramente recaíam sobre aqueles que os poderiam suportar mais facilmente, e tendiam sempre a prejudicar o comércio. Vários privilégios, monopólios e honrarias eram vendidos por um governo desesperado para arranjar dinheiro vivo. Desenvolveu-se uma forma grosseira de financiar o déficit, em parte tomando grandes empréstimos dos banqueiros, garantidos pelos futuros tributos castelhanos ou pelo tesouro americano, e em parte vendendo apólices governamentais que rendiam juros, e que por sua vez absorviam fundos que sem isso poderiam ser investidos no comércio e indústria. Mas a política deficitária do governo era sempre praticada de um modo imediatista, sem consideração pelas limitações prudentes e sem o controle que um banco central teria imposto. Nas fases finais do reinado de Carlos V, portanto, as receitas do governo já tinham sido empenhadas por

vários anos futuros; em 1543, 65% da receita comum tiveram de ser gastos no pagamento de juros sobre as apólices já emitidas. Quanto mais a receita “comum” da coroa era alienada, mais desesperada ela se tornava na busca de rendas extraordinárias e de novos impostos. As moedas de prata, por exemplo, foram repetidamente aviltadas, com um *vellon* de cobre. Por vezes o governo simplesmente confiscava a prata vinda da América para particulares, e forçava-os a aceitar apólices em troca; em outras ocasiões, como já dissemos, os reis espanhóis suspendiam os pagamentos de juros e declaravam-se temporariamente falidos. Se esta última medida nem sempre arruinava as casas financeiras, certamente reduzia o crédito de Madri para o futuro.

Mesmo que alguns dos golpes sofridos pela economia castelhana naqueles anos não tivessem sido infligidos pelo homem, o seu impacto tornou-se maior devido à loucura humana. As pestes que despovoaram grande parte dos campos, em princípios do século XVII, eram imprevisíveis, mas apenas se somaram a outras causas — arrendamentos insuportáveis, a atuação da mesteira, o serviço militar — que já prejudicavam a agricultura. O fluxo de prata americana viria a causar problemas econômicos (especialmente a inflação de preços) que nenhuma sociedade da época tinha experiência para enfrentar, mas as condições predominantes na Espanha significavam que esse fenômeno atingia mais as classes produtivas do que as não-produtivas, que a prata tendia a sair rapidamente de Sevilha para as mãos dos banqueiros estrangeiros e dos fornecedores militares, e que essas novas fontes transatlânticas de riqueza eram exploradas pela coroa de uma maneira que militava contra, e não a favor, da criação de “finanças sólidas”. A enchente de metais preciosos das Índias, dizia-se, era para a Espanha como a chuva no telhado — caía em quantidade, mas perdia-se toda.

No centro do declínio espanhol, portanto, estava a incapacidade de reconhecer a importância de preservar as bases econômicas de uma máquina militar poderosa. Repetidas vezes medidas erradas foram tomadas. A expulsão dos judeus, e mais tarde dos mouros; a suspensão dos contatos com as universidades estrangeiras; a ordem governamental de que os estaleiros de Biscaia deviam concentrar-se nos grandes navios de guerra, com a exclusão quase total dos pequenos barcos de comércio, mais úteis; a venda de monopólios que restringiam o comércio; os pesados impostos sobre as exportações de lã, que as tornavam não-competitivas nos mercados estrangeiros; as barreiras aduaneiras *internas* entre os vários reinos espanhóis, que atingiam o comércio e elevavam os preços, foram algumas das decisões impensadas que, a longo prazo, afetaram seriamente a capacidade da Espanha de desempenhar o grande papel militar que se tinha atribuído nos assuntos europeus (e extra-europeus). Embora o declínio do poderio espanhol só se revelasse plenamente na década de 1640, as suas causas vinham existindo décadas antes.

Comparações internacionais

Ainda assim, é importante enfatizar, esse fracasso dos Habsburgos foi *relativo*. Abandonar a história aqui, sem examinar as experiências das outras potências europeias, deixaria incompleta a análise. A guerra, como disse um

historiador, “era de longe a prova mais severa a que era submetido o Estado do século XVI”.⁵¹ As modificações das técnicas militares, que permitiram o grande aumento do tamanho dos exércitos e a evolução quase simultânea do conflito naval em grande escala, criaram enormes pressões novas sobre as sociedades organizadas do Ocidente. Cada beligerante tinha de aprender como criar uma estrutura administrativa satisfatória para atender à “revolução militar”; e, o que era de igual importância, tinha também de criar novos meios de pagar os custos espiralantes da guerra. As tensões que caíram sobre os governantes Habsburgos e seus súditos podem — devido ao longo tempo durante o qual seus exércitos lutaram — ter sido excepcionais, mas como o Quadro 1 mostra, o desafio de supervisionar e financiar grandes forças militares era comum a todos os Estados, muitos dos quais pareciam dispor de bem menos recursos do que a Espanha imperial. Como enfrentaram então a prova?

Quadro 1. Aumento dos efetivos militares, 1470-1660⁵²

<i>Década</i>	<i>Espanha</i>	<i>Províncias Unidas</i>	<i>França</i>	<i>Inglaterra</i>	<i>Suécia</i>
1470	20.000		40.000	25.000	
1550	150.000		50.000	20.000	
1590	200.000	20.000	80.000	30.000	15.000
1630	300.000	50.000	150.000		45.000
1650	100.000		100.000	70.000	70.000

Omite-se desse breve quadro um dos mais persistentes e ameaçadores inimigos dos Habsburgos, o Império Otomano, principalmente porque seus pontos fortes e fracos foram examinados no capítulo anterior; vale a pena, porém, lembrar que muitos dos problemas e deficiências que tinham de ser enfrentados pelos administradores turcos — grande extensão estratégica, incapacidade de explorar com eficiência os recursos, obstáculos à iniciativa comercial devido à ortodoxia religiosa ou ao prestígio militar — assemelhavam-se aos que perturbaram Filipe II e seus sucessores. Também estão omitidas a Rússia e a Prússia, nações cujas fases de grandes potências na política europeia não tinham chegado; e ainda a Polônia-Lituânia, que apesar de sua extensão territorial era demasiado tolhida pela diversidade étnica e pelas peias do feudalismo (servidão, uma economia atrasada, uma monarquia eletiva, “uma anarquia aristocrática que faria dela um sinônimo de ineficiência política”⁵³) para poder iniciar sua vida de moderno estado-nação. Em lugar delas, os países a serem examinados são as “novas monarquias” da França, Inglaterra e Suécia, e a “república burguesa” das Províncias Unidas.

Como a França foi o Estado que acabou substituindo a Espanha como a maior potência militar, era natural que os historiadores focalizassem a atenção sobre as suas muitas vantagens. Seria um erro, porém, antedatar o período do predomínio francês: durante a maior parte dos anos cobertos neste capítulo, a França parecia e era decididamente mais fraca do que seu vizinho meridional. Nas poucas décadas que se seguiram à Guerra dos Cem Anos, a

consolidação dos territórios da coroa em relação à Inglaterra, Borgonha e Bretanha, e o hábito da tributação direta (em especial a *taille*, um imposto *per capita*) sem consulta aos Estados Gerais, o firme trabalho administrativo dos novos secretários de estado, e a existência de um exército “real” com uma artilharia poderosa, fizeram com que a França parecesse ser uma monarquia bem-sucedida, unificada, pós-feudal.⁵⁴ Mas a fragilidade dessa estrutura iria evidenciar-se sem demora. As guerras italianas, além de mostrar repetidamente como eram breves e desastrosos os esforços franceses para conquistar influência naquela península (mesmo quando aliada a Veneza ou aos turcos), foram ainda muito onerosas: não só os Habsburgos, mas também a coroa francesa, teve de declarar falência no fatídico ano de 1557. Muito antes disso, e apesar de todo o aumento na *taille* e em impostos indiretos como a *gabelle* e tarifas aduaneiras, a monarquia francesa já estava recorrendo a pesados empréstimos com os financistas, a altas taxas de juros (10-16%), e a expedientes duvidosos, como a venda de cargos. Pior ainda, foi antes na França do que na Espanha ou Inglaterra que as rivalidades religiosas interagiram com as ambições das grandes casas nobres, provocando uma guerra civil sangrenta e prolongada. Longe de ser uma grande força nas questões internacionais, a França depois de 1560 ameaçava tornar-se o novo rinhadeiro da Europa, a ser dividido permanentemente em fronteiras religiosas, como seria a sorte dos Países Baixos e da Alemanha.⁵⁵

Só depois da subida de Henrique de Navarra ao trono francês, como Henrique IV (1589-1610), com sua política de concessões internas e ações militares externas contra a Espanha, a situação melhorou; e a paz que ele estabeleceu com Madri em 1598 teve a grande vantagem de manter a França como potência independente. Era, porém, um país seriamente enfraquecido pela guerra civil, banditismo, preços altos e interrupção do comércio e da agricultura, estando em frangalhos o seu sistema fiscal. Em 1596 a dívida nacional era de quase 300 milhões de libras, e quatro quintos da receita daquele ano, de 31 milhões de libras, já tinham sido distribuídos e alienados.⁵⁶ Durante muito tempo a partir de então, a França foi uma sociedade em recuperação. Mas os seus recursos naturais eram, comparativamente, imensos. Sua população de cerca de 16 milhões de habitantes era duas vezes a da Espanha, e quatro vezes a da Inglaterra. Embora ela possa não ter sido tão adiantada quanto os Países Baixos, o norte da Itália e a região londrina em urbanização, comércio e finanças, sua agricultura era diversificada e saudável, e o país dispunha normalmente de um excedente em alimentos. A riqueza latente da França foi claramente demonstrada em princípios do século XVII, quando o grande ministro de Henrique IV, Sully, supervisionou a economia e as finanças estatais. À parte a *pauvette* (que era a venda de cargos hereditários, e a tributação desses cargos), Sully não introduziu novas artimanhas fiscais; o que ele fez foi reformar o mecanismo de coleta de impostos, acabar com milhares de isenções pretendidas ilegalmente, recuperar terras e rendas da coroa, e renegociar as taxas de juros sobre a dívida nacional. Dentro de poucos anos depois de 1600, o orçamento do Estado equilibrou-se. Além disso, Sully — antecipando Colbert, o ministro de Luís XIV — tentou ajudar a indústria e a agricultura de várias formas: reduzindo a *taille*, construindo pontes, estradas e canais para facilitar o transporte de mercadorias, estimulando a produção de

tecidos, criando fábricas reais para produzir artigos de luxo que substituíssem as importações e assim por diante. Nem todas essas medidas deram os resultados esperados, mas o contraste com a Espanha de Filipe III foi acentuado.⁵⁷

É difícil dizer se esse trabalho de recuperação teria continuado se Henrique IV não fosse assassinado em 1610. O evidente é que nenhuma das “novas monarquias” podia funcionar de maneira adequada sem uma liderança também adequada, e entre a morte de Henrique IV e a consolidação do poder real por Richelieu, na década de 1630, a política interna da França, o descontentamento dos huguenotes e a inclinação da nobreza para a intriga mais uma vez enfraqueceram a capacidade do país de atuar como grande potência européia. Além disso, quando a França acabou entrando abertamente na Guerra dos 30 Anos, ela não era, como alguns historiadores querem, uma potência unificada e saudável, mas um país que ainda sofria de muitas das velhas enfermidades. A intriga aristocrática continuava intensa e só chegaria ao auge em 1648-1653; os levantes de camponeses, dos trabalhadores urbanos desempregados e dos huguenotes, juntamente com o obstrucionismo dos detentores de cargos locais, interromperam o funcionamento adequado do governo. A economia, afetada pelo declínio populacional geral, pelo clima áspero, menor produção agrícola e maior incidência das pestes, que parecem ter perturbado grande parte da Europa nessa época,⁵⁸ não estava em condições de financiar uma grande guerra.

A partir de 1635, portanto, os impostos franceses tiveram de ser aumentados por vários meios: a venda de cargos foi intensificada; e a *taille*, que fora reduzida nos anos anteriores, sofreu tal elevação que sua receita anual duplicou em 1643. Nem mesmo isso, porém, podia cobrir os custos da luta contra os Habsburgos, tanto pelo ônus militar direto de manter um exército de 150 mil homens, como pelos subsídios aos aliados. Em 1643, o ano da grande vitória militar francesa sobre a Espanha em Rocroi, a despesa governamental era quase o dobro da sua receita, e Mazarin, o sucessor de Richelieu, foi obrigado a vendas ainda mais desesperadas de cargos governamentais e a um controle ainda mais rigoroso da *taille*, ambos muito impopulares. Não foi por acaso que a rebelião de 1648 começou com uma greve contra as novas medidas fiscais de Mazarin, e que essa inquietação levou rapidamente a uma perda do crédito governamental e a uma relutante declaração de falência.⁵⁹

Em conseqüência, nos 11 anos da guerra franco-espanhola que perdurou depois da paz geral de Vestfália em 1648, os dois adversários pareciam boxeadores tontos, segurando-se mutuamente num estado próximo da exaustão e incapazes de acabar com o outro. Ambos sofriam de rebelião interna, empobrecimento generalizado e aversão pela guerra, e estavam à beira do colapso financeiro. É certo que, com generais como d’Enghien e Turenne e reformadores militares como Le Tellier, o exército francês começava a destacar-se, para vir a ser o maior da Europa. Seu poderio naval, porém, construído por Richelieu, desintegrou-se rapidamente devido às exigências da guerra em terra,⁶⁰ e o país ainda necessitava de uma sólida base econômica. A França teve a sorte de haver a Inglaterra, cujo poder naval e militar ressurgia com Cromwell, resolvido entrar no conflito, fazendo pender finalmente a balança contra uma Espanha em dificuldades. O Tratado dos Pireneus, que se seguiu,

foi simbólico menos da grandeza da França do que do relativo declínio de seu sobrecarregado vizinho do sul, que tinha lutado com notável tenacidade.⁶¹

Em outras palavras, cada uma das potências européias tinha uma mistura de forças e fraquezas, e a necessidade real era de impedir que as segundas sobrepujassem as primeiras. Isso era válido, certamente, para as potências “marginais” do oeste e do norte, Inglaterra e Suécia, cujas intervenções ajudaram a conter as ambições dos Habsburgos em várias ocasiões críticas. Não ocorreu, por exemplo, que a Inglaterra estivesse disposta e bem preparada para um conflito continental durante esses 140 anos. A chave da recuperação inglesa depois da Guerra das Rosas foi a concentração na estabilidade interna e na prudência financeira promovida por Henrique VII, pelo menos depois da paz com a França em 1492. Reduzindo suas despesas, resgatando suas dívidas e estimulando o comércio da lã, da pesca e o comércio em geral, o primeiro monarca Tudor proporcionou uma trégua muito necessária a um país atingido pela guerra civil e pela inquietação; a produtividade natural da agricultura, o florescente comércio de tecidos com os Países Baixos, o uso crescente das ricas áreas pesqueiras do litoral e a animação geral do comércio costeiro fizeram o resto. No setor das finanças nacionais, a recuperação das terras da coroa e o confisco das pertencentes aos rebeldes e aos pretendentes rivais ao trono, promovido pelo rei, a receita aduaneira propiciada pelo crescimento das trocas, e os lucros da Star Chamber* e outros tribunais, tudo isso combinou para produzir um equilíbrio salutar.⁶²

Mas a estabilidade política e fiscal não correspondia necessariamente a uma igualdade de *poder*. Em comparação com as populações muito maiores da França e Espanha, os três ou quatro milhões de habitantes da Inglaterra e Gales não pareciam muito. As instituições financeiras e a infra-estrutura comercial do país eram grosseiras, se comparadas às da Itália, sul da Alemanha e Países Baixos, embora um considerável crescimento industrial viesse a ocorrer no curso do “século Tudor”.⁶³ Em nível militar, a diferença era muito maior. Uma vez bem instalado no trono Henrique VII dissolveu grande parte de seu exército e proibiu (com poucas exceções) os exércitos privados dos grandes magnatas; à parte os “Alabardeiros da Guarda” e certas guarnições, não havia um exército regular permanente na Inglaterra, nesse período em que as guerras franco-Habsburgo na Itália estavam modificando a natureza e as proporções do conflito militar. Em consequência, as forças que existiam sob os primeiros Tudors ainda estavam equipadas com armas tradicionais (arco e alabarda) e eram recrutadas da maneira tradicional (milícia de condado, “companhias” de voluntários etc.). Esse atraso, porém, não impediu que seu sucessor, Henrique VIII, fizesse campanhas contra os escoceses e até mesmo que fizesse suas intervenções de 1513 e 1522-1523 contra a França, já que o rei inglês podia contratar grande número de soldados “modernos” — lanceiros, arcabuzeiros, cavalaria pesada — da Alemanha.⁶⁴

*Tribunal inquisitorial e criminal que se reunia secretamente e sem júri, notório pelos seus métodos arbitrários e castigos severos. (N. do T.)

Se nenhuma dessas primeiras operações inglesas na França, nem as duas invasões posteriores, de 1528 e 1544, terminaram em desastre militar — se, na verdade, elas com freqüência forçaram o monarca francês a pagar indenizações aos invasores ingleses — certamente tiveram conseqüências financeiras devastadoras. Do dispêndio total de 700 mil libras pelo Tesouro da Câmara em 1513, por exemplo, 632 mil foram destinadas aos soldos, artilharia, belonaves e outros gastos militares.* As reservas acumuladas por Henrique VII foram, dentro em pouco, gastas pelo seu ambicioso herdeiro, e o principal ministro de Henrique VIII, Wolsey, provocava reclamações generalizadas com seus esforços de obter dinheiro através de empréstimos forçados, “benevolências” e outros meios arbitrários. Só com o confisco das terras da Igreja por Thomas Cromwell, na década de 1530, melhorou a posição financeira; de fato, a Reforma inglesa duplicou as receitas reais e permitiu o dispêndio, em grande escala, em projetos militares defensivos — fortalezas ao longo do litoral da Mancha e da fronteira escocesa, novos e poderosos navios de guerra para a Marinha Real, a supressão das rebeliões na Irlanda. Mas as desastrosas guerras contra a França e a Escócia, na década de 1540, custaram a soma enorme de 2.135 mil libras que foi de 10 vezes a receita normal da coroa. Isso obrigou os ministros do rei aos expedientes mais desesperados: venda de propriedades religiosas a baixos preços, confisco das propriedades de nobres sob acusações forjadas, repetidos empréstimos compulsórios, o grande aviltamento da moeda e, finalmente, o recurso aos Fuggers e outros banqueiros estrangeiros.⁶⁵ O fim das disputas com a França, em 1550, foi, assim sendo, um alívio oportuno para um governo quase falido.

O que tudo isso mostra, portanto, são os limites muito concretos do poder da Inglaterra na primeira metade do século XVI. Era um Estado centralizado e relativamente homogêneo, embora o fosse muito menos nas áreas da fronteira e na Irlanda, que podiam sempre desviar recursos e atenção reais. Graças principalmente ao interesse de Henrique VIII, era defensivamente capaz, com alguns fortes modernos, artilharia, estaleiros, uma considerável indústria de armamentos e uma marinha bem equipada. Era, porém, militarmente atrasado na qualidade de seu exército, e suas finanças não podiam sustentar uma guerra em grande escala. Quando Isabel I subiu ao trono em 1558, foi bastante prudente para reconhecer essas limitações e realizar seus objetivos sem ir além delas. Nos perigosos anos posteriores a 1570, quando a Contra-Reforma estava no auge e os soldados espanhóis atuavam nos Países Baixos, era uma tarefa difícil de ser realizada. Como seu país não estava à altura de nenhuma das verdadeiras “superpotências” da Europa, Isabel procurou manter a independência da Inglaterra pela diplomacia e, mesmo quando as relações anglo-espanholas se agravaram, permitiu que a “guerra fria” contra

*Meu colega, prof. Robert Ashton, adverte-me de que os números sobre a receita e dispêndios estatais ingleses (e presumidamente quaisquer outros) em todo esse período devem ser considerados como *nominais*; as quantias descontadas pelos ocupantes de cargos, pelo suborno, corrupção e escrituração ineficiente reduziam drasticamente as “verbas” destinadas ao exército e marinha. Da mesma forma, só uma parte da “renda” do rei chegava ao monarca. As estatísticas apresentadas aqui são, portanto, indicativas, e não constituem um dado absoluto.

Filipe II fosse conduzida no mar, o que era pelo menos econômico e, ocasionalmente, lucrativo.⁶⁶ Embora necessitando de recursos para proteger seus flancos escocês e irlandês, e proporcionar ajuda aos rebeldes holandeses em fins da década de 1570, Isabel e seus ministros conseguiram criar um salutar excedente nos primeiros 25 anos de seu reinado — o que foi bom, pois a rainha precisava muito de uma “reserva de guerra”, uma vez tomada a decisão, em 1585, de enviar uma força expedicionária comandada por Leicester aos Países Baixos.

O conflito pós-1585 com a Espanha criou exigências estratégicas e financeiras para o governo de Isabel. Ao examinar qual seria a melhor estratégia para a Inglaterra, os líderes navais, como Hawkins, Raleigh, Drake e outros, insistiram com a rainha numa política de interceptar o comércio espanhol da prata, atacando as costas e colônias do inimigo, e em geral explorando as vantagens do poder marítimo para travar uma guerra barata — proposição atraente em teoria, mas muitas vezes de difícil execução prática. Mas havia também a necessidade de mandar tropas para os Países Baixos e norte da França, para ajudar os que combatiam o exército espanhol — estratégia adotada não devido a um grande amor pelos rebeldes holandeses ou os protestantes franceses, mas simplesmente porque, como argumentava Isabel, “quando acontecer o último dia da França, será também a véspera da destruição da Inglaterra.”⁶⁷ Era vital, portanto, preservar o equilíbrio europeu, se necessário pela intervenção ativa; e esse “compromisso continental” continuou até princípios do século XVII, pelo menos de forma pessoal, pois muitos soldados ingleses permaneceram, quando a força expedicionária fundiu-se com o exército das Províncias Unidas em 1594.

Ao desempenharem a dupla função de conter os desígnios de Filipe II em terra, e de perturbar seu império no mar, os ingleses deram sua contribuição à manutenção da pluralidade política da Europa. Mas o esforço para manter 8 mil homens no exterior era imenso. Em 1586, o dinheiro enviado aos Países Baixos totalizou mais de 100 mil libras; em 1587 essa importância foi de 175 mil libras, sendo cada uma dessas parcelas cerca da metade de todo o dispêndio daqueles anos. No ano da Armada, as verbas para a marinha excederam a 150 mil libras. Em conseqüência, os gastos anuais de Isabel, em fins da década de 1580, foram duas a três vezes maiores do que os do princípio dessa década. Na década seguinte, a coroa gastou mais de 350 mil libras anualmente, e a campanha irlandesa elevou a média a mais de 500 mil libras nos últimos quatro anos da rainha.⁶⁸ Por mais que se tentasse levantar fundos de outras fontes — como a venda de terras da coroa e de monopólios — o governo não teve opção senão convocar a Câmara dos Comuns, repetidamente, e pedir novos impostos. O fato de terem estes (totalizando cerca de 2 milhões de libras) sido concedidos, e de não ter o governo inglês declarado falência, nem deixado de pagar aos seus soldados, testemunha a habilidade e a prudência do monarca e seus conselheiros; mas os anos de guerra tinham posto à prova todo o sistema, deixado dívidas para o primeiro rei Stuart, colocando-o, e ao seu sucessor, numa posição de dependência de uma Câmara dos Comuns desconfiada e um cauteloso mercado financeiro londrino.⁶⁹

Não há lugar neste livro para o exame do conflito espiralante entre a coroa e o Parlamento, que dominaria a política inglesa nas quatro décadas

posteriores a 1603, no qual as finanças teriam um papel central.⁷⁰ As intervenções, ineptas e ocasionais, das forças inglesas na grande luta européia da década de 1620, embora onerosas em sua organização, tiveram pouco efeito sobre o curso da Guerra dos 30 Anos. População, comércio, colônias de além-mar e riqueza geral da Inglaterra cresceram nesse período, mas nada disso podia oferecer uma base segura para o poder do Estado sem harmonia interna. Na verdade, as disputas sobre impostos como o dos navios — que teoricamente poderiam ter fortalecido as armas nacionais — levariam logo a coroa e o Parlamento a uma guerra civil que impediria a Inglaterra de pesar na política européia durante grande parte da década de 1640. Quando ela ressurgiu, foi para desafiar os holandeses numa violenta guerra comercial (1652-1654) que, quaisquer que fossem os objetivos dos beligerantes, pouco tinha a ver com o equilíbrio geral europeu.

A Inglaterra de Cromwell da década de 1650 pôde, porém, desempenhar o papel de grande potência com mais êxito do que qualquer governo até então. Seu Novo Exército Modelar, que surgiria da guerra civil, tinha por fim eliminado a distância que existia tradicionalmente entre as tropas inglesas e européias. Organizado e treinado dentro de linhas modernas fixadas por Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo, endurecido por anos de conflito, bem disciplinado e (em geral) pago com regularidade, o exército inglês podia ser lançado na balança européia com algum efeito, como se evidenciou na derrota que impôs às forças espanholas na batalha das Dunas em 1658. Além disso, a marinha da Comunidade estava muito avançada para a época. Favorecida pela Câmara dos Comuns por se ter declarado contra Carlos I durante a guerra civil, a armada passou por um renascimento em fins da década de 1640: suas proporções mais do que duplicaram, de 39 navios (1649) para 80 (1651), os soldos e condições foram melhorados, os estaleiros e o apoio logístico foram aperfeiçoados, e os fundos para tudo isso aprovados regularmente por uma Câmara dos Comuns que acreditava andarem de mãos dadas o lucro e o poder.⁷¹ E isso foi bom porque, em sua primeira guerra contra os holandeses, a marinha enfrentou uma força igualmente formidável comandada por líderes — Tromp e De Ruyter — tão bons quanto Blake e Monk. Quando ela foi lançada contra o Império Espanhol depois de 1655, seus êxitos não surpreenderam: a tomada da Acádia (Nova Escócia) e, depois de um fiasco em Hispaniola, a tomada da Jamaica; o apresamento de parte da frota de tesouro espanhola em 1656; o bloqueio de Cádiz e a destruição da *flota* em Santa Cruz em 1657.

Embora essas ações inglesas fizessem pender a balança, finalmente, e forçassem a Espanha a concluir sua guerra com a França em 1659, isso não se fez sem tensões internas. O lucrativo comércio espanhol passou para as mãos dos holandeses neutros nos anos posteriores a 1655, e corsários inimigos realizaram boa colheita nos navios mercantes ingleses no Atlântico e Mediterrâneo. Acima de tudo, a manutenção de um exército de até 70 mil homens e de uma grande marinha era cara; uma estimativa sugere que de um dispêndio governamental total de 2,878 milhões de libras em 1657, mais de 1,9 milhão de libras foram para o exército e 742 mil libras para a marinha.⁷² Foram criados impostos, arrecadados com eficiência, em nível sem precedentes, e que mesmo assim nunca foram suficientes para um governo que gastava

“quatro vezes mais do que se julgava tolerável com Carlos I”, antes da Revolução Inglesa.⁷³ As dívidas aumentaram constantemente, o pagamento dos soldados e marinheiros atrasou. Os poucos anos da guerra espanhola aumentaram indubitavelmente a aversão pública pelo governo de Cromwell e levaram a maioria das classes mercantis a pedir a paz. É claro que não se configurou a possibilidade de ser a Inglaterra totalmente arruinada por esse conflito — embora isso sem dúvida pudesse ter ocorrido, caso ela se tivesse empenhado nas lutas das grandes potências por tanto tempo quanto a Espanha. O crescimento do comércio interno e de além-mar da Inglaterra mais os lucros das colônias e da navegação começavam a propiciar uma sólida base econômica à qual os governos de Londres podiam recorrer, no caso de uma outra guerra. É precisamente porque a Inglaterra — junto com as Províncias Unidas dos Países Baixos — tinha desenvolvido uma eficiente economia de mercado, ela conseguiu o raro feito de combinar um padrão de vida ascendente com uma população crescente.⁷⁴ Continuava, porém, sendo de importância vital a manutenção de um equilíbrio adequado entre o esforço militar e naval, de um lado, e o estímulo à riqueza nacional, de outro. Ao final do Protetorado, esse equilíbrio se tinha tornado um pouco precário demais.

Essa lição crucial de estadismo surge ainda mais claramente se compararmos a ascensão da Inglaterra com a da outra potência “marginal”, a Suécia.⁷⁵ Durante todo o século XVI, as perspectivas para aquele reino do norte pareciam precárias. Impedida por Lubeck e (especialmente) pela Dinamarca de ter uma saída livre para a Europa ocidental, empenhada em sucessivas lutas com a Rússia em seu flanco leste, e repetidamente incomodada pelas suas relações com a Polônia, a Suécia tinha o suficiente para manter-se; na verdade, a severa derrota que sofreu às mãos da Dinamarca na guerra de 1611-1613 parecia indicar que o declínio, e não a expansão, seria o seu destino. Além disso, tinha sofrido fissuras internas, mais constitucionais do que religiosas, que resultaram na confirmação de privilégios amplos para a nobreza. Mas a maior debilidade da Suécia estava na sua base econômica. Grande parte de seu extenso território era constituído pelo deserto ártico ou pela floresta. O campesinato disperso, em grande parte auto-suficiente, constituía 95% de uma população total de 900 mil habitantes; com a Finlândia, cerca de 1 milhão e um quarto — menos do que muitos estados italianos. Havia poucas cidades e pequena indústria; não se percebia a existência nítida de uma “classe média”, e a troca de bens e serviços ainda constituía a principal forma de comércio. Militar e economicamente, portanto, a Suécia era um simples pigmeu quando o jovem Gustavo Adolfo subiu ao trono em 1611.

Dois fatores, um externo e o outro interno, ajudaram o rápido crescimento da Suécia a partir de bases pouco promissoras. Primeiro, os empresários estrangeiros, em particular os holandeses mas também os alemães e valões, para os quais a Suécia era uma terra promissora, “subdesenvolvida”, rica de matéria-prima, como madeira, ferro e cobre. O mais famoso desses empresários, Louis de Geer, não só vendeu produtos acabados aos suecos e deles comprou minérios, como também, com o tempo, criou serrarias, fundições e fábricas, fez empréstimos ao rei e levou o país para o “sistema mundial” mercantil, baseado principalmente em Amsterdam. Dentro em pouco a Suécia tornou-

se o maior produtor de ferro e cobre da Europa, e essas exportações trouxeram-lhe as divisas estrangeiras que ajudariam a pagar, pouco depois, as forças armadas. Além disso, a Suécia tornou-se auto-suficiente em armamentos, coisa rara, graças novamente ao investimento e ao conhecimento estrangeiros.⁷⁶

O fator interno foi a conhecida série de reformas instituídas por Gustavo Adolfo e seus auxiliares. Os tribunais, o tesouro, o sistema tributário, a administração central da chancelaria e a educação foram algumas das áreas que se tornaram mais eficientes e produtivas nesse período. A nobreza foi afastada da luta de facções e posta a serviço do estado. A solidariedade religiosa foi assegurada. O governo local, bem como o central, parecia funcionar. Sobre essas bases firmes, Gustavo pôde construir uma marinha sueca para proteger o litoral contra os rivais dinamarqueses e poloneses e assegurar a travessia das suas tropas pelo Báltico. Acima de tudo, porém, a fama do rei adveio de suas grandes reformas militares: da criação do exército nacional permanente baseado no recrutamento, do treinamento de suas tropas em novas táticas de batalha, das melhorias na cavalaria e introdução da artilharia móvel e leve, e finalmente da disciplina e alto moral que sua liderança deu ao exército. Com isso, Gustavo tinha sob seu comando talvez a melhor força combativa do mundo, quando invadiu o norte da Alemanha para ajudar a causa protestante no verão de 1630.⁷⁷

Tais vantagens eram ainda mais necessárias, já que as dimensões do conflito europeu eram bem maiores, e os custos muito mais pesados do que o das guerras locais travadas antes contra os vizinhos da Suécia. Em fins de 1630 Gustavo comandava mais de 42 mil homens; 12 meses depois, o dobro desse número; e pouco antes da fatídica batalha de Lützen, suas forças tinham crescido para quase 150 mil homens. Embora formassem um corpo de elite em todas as grandes batalhas e fossem também usadas para proteger pontos fortes estratégicos, as tropas suecas eram insuficientes, em número, para formar um exército de tais proporções. Na realidade, quatro quintos do exército “sueco” de 150 mil consistiam de mercenários estrangeiros, escoceses, ingleses e alemães, terrivelmente caros. Já as lutas contra a Polônia, na década de 1620, tinham onerado as finanças públicas suecas, mas a guerra alemã ameaçava ser muito mais cara. De maneira notável, porém, os suecos conseguiram fazer com que os outros a financiassem. Os subsídios estrangeiros, em particular os da França, são bem conhecidos, mas cobriram apenas uma fração dos custos. A verdadeira fonte foi a própria Alemanha: os vários principados e as cidades livres foram convidados a contribuir para a causa, se eram amigos; se eram hostis, tiveram de pagar resgates para evitar o saque. Além disso, esse enorme exército controlado pela Suécia obtinha dos territórios onde estacionava alojamento, alimentação e forragem para animais. Na verdade, esse sistema já tinha sido aperfeiçoado pelo lugar-tentente do imperador, Wallenstein, cuja política de arrancar “contribuições” financiou um exército imperial de mais de 100 mil homens;⁷⁸ mas a questão, no caso, é que *não* foram os suecos os financiadores da grande força que ajudou a conter os Habsburgos de 1630 até 1648. No próprio mês da batalha de Vestfália, o exército sueco saqueava na Boêmia, e só se retirou com o pagamento de uma grande “indenização”.

Embora isso tenha constituído um feito notável dos suecos, sob muitos aspectos criou uma imagem falsa da posição real do país na Europa. Sua

formidável máquina de guerra tinha sido em grande parte *parasitária*; o exército sueco na Alemanha tinha de saquear para viver — sem isso, as tropas amotinavam-se, o que prejudicava ainda mais os alemães. Naturalmente, os próprios suecos tinham de custear a sua marinha, as defesas internas e as forças empregadas fora da Alemanha; e, como em todos os outros estados, isso onerava as finanças governamentais, o que levou a vendas desesperadas de terras e receitas da coroa à nobreza, reduzindo com isso a renda a longo prazo. A Guerra dos 30 Anos também exigiu um pesado preço em vidas humanas, e os impostos extraordinários dificultaram a vida dos camponeses. Além disso, os êxitos militares da Suécia deram-lhe várias possessões transbálticas — Estônia, Livônia, Bremen, a maior parte da Pomerânia — que reconhecidamente proporcionavam vantagens comerciais e fiscais, mas os custos de mantê-las em tempo de paz, ou defendê-las na guerra contra rivais ciumentos, representariam um ônus muito maior para o estado sueco do que a grande campanha através da Alemanha, nas décadas de 1630 e 1640.

A Suécia continuaria sendo uma potência considerável, mesmo depois de 1648, mas apenas em nível regional. Na verdade, sob Carlos X (1654-1660) e Carlos XI (1660-1697), ela exerceu o auge de sua influência no Báltico, como se pode argumentar, onde conteve sucessivamente os dinamarqueses, a Polônia, a Rússia e o poder nascente da Prússia. A tendência para o absolutismo com Carlos XI melhorou as finanças reais, permitindo assim a manutenção de um grande exército permanente em tempo de paz. Não obstante, foram medidas para fortalecer a Suécia em seu lento declínio dos primeiros lugares. Nas palavras do professor Roberts,

Durante uma geração a Suécia embriagou-se com a vitória e locupletou-se com o butim: Carlos XI levou-a de volta para a luz baça da existência cotidiana, deu-lhe políticas adequadas aos seus recursos e seus interesses autênticos, equipou-a para a sua realização e preparou-a para seu futuro de peso e dignidade como potência de segunda classe.⁷⁹

Não foram realizações desprezíveis, mas no contexto europeu mais amplo tiveram significação limitada. E é interessante notar que o equilíbrio de forças no Báltico, do qual dependia a Suécia, tal como a Dinamarca, Polônia e Brandemburgo, estava sendo influenciado e “manipulado” na segunda metade do século XVII pelos franceses, os holandeses e até mesmo os ingleses, para os seus interesses, através de subsídios, intervenções diplomáticas e, em 1644 e 1659, por uma frota holandesa.⁸⁰ Finalmente, embora a Suécia jamais pudesse ser chamada de Estado “títere” nesse grande jogo diplomático, continuou pequena economicamente, em comparação com as nascentes potências do Ocidente, e teve a tendência de tornar-se dependente de seus subsídios. Seu comércio exterior, em cerca de 1700, era apenas uma fração do comércio das Províncias Unidas ou da Inglaterra; suas despesas estatais talvez fossem apenas um quinto da França.⁸¹ Sobre essa inadequada base material e sem a possibilidade de acesso a colônias de além-mar, a Suécia tinha poucas possibilidades — apesar de sua admirável estabilidade social e administrativa — de manter o predomínio militar que exercera rapidamente sob Gustavo Adolfo. Nas décadas seguintes, de fato, precisaria empenhar-se apenas para conter os avanços da Prússia no sul e da Rússia no leste.

O exemplo final, o do poderio holandês nesse período, oferece um contraste notável com o caso sueco. Temos ali uma nação criada nas circunstâncias confusas da revolução, um grupo de sete províncias heterogêneas, separadas por fronteiras irregulares do resto dos Países Baixos que eram possessões dos Habsburgos, uma simples parte de um vasto império dinâmico, de população e território reduzidos, que se tornou rapidamente uma grande potência dentro e *fora* da Europa, durante quase um século. Era diferente dos outros Estados — embora não de seu precursor italiano, Veneza — por ter uma forma de governo republicano, oligárquico. A sua característica mais marcante, porém, eram as bases de seu poderio, firmemente ancorada no mundo do comércio, indústria e finanças. Era, sem dúvida, um poderio militar formidável, pelo menos na defesa; e era também uma potência naval muito eficiente até ser eclipsada pela Inglaterra, em fins do século XVII. Mas essas manifestações de poderio armado eram antes as conseqüências do que a essência da força e influência holandesas.

Nos primeiros anos de sua revolta, os aproximadamente 70 mil rebeldes holandeses não contavam muito na política européia; foram necessárias algumas décadas, na verdade, para que passassem a ser considerados como uma nação à parte, e só em princípios do século XVII seus limites tiveram alguma configuração. A chamada Revolta dos Países Baixos foi, em seu início, um movimento esporádico, durante o qual diferentes grupos sociais e religiosos lutaram entre si, bem como contra — e por vezes fazendo-lhes concessões — os seus governantes Habsburgos. E houve várias ocasiões, na década de 1580, em que a política muito bem conduzida do duque de Parma, de recuperação dos territórios para a Espanha, pareceu estar na iminência de um êxito completo. Se não fossem as subvenções e ajuda militar da Inglaterra e de outros Estados protestantes, a importação de grande número de canhões ingleses, e o freqüente desvio dos exércitos espanhóis para a França, a rebelião poderia ter sido sufocada. Não obstante, como os portos e os estaleiros dos Países Baixos estavam quase todos nas mãos dos rebeldes, e a Espanha não conseguiu o controle do mar, Parma só podia reconquistá-los pelas lentas operações de sítio por terra, que perdiam o impulso sempre que ele recebia ordens de mandar seus exércitos para a França.⁸²

Na década de 1590, portanto, as Províncias Unidas tinham sobrevivido e podiam, na verdade, reconquistar a maioria das províncias e cidades perdidas no leste. Seu exército estava então bem treinado e comandado por Maurício de Nassau, cujas inovações táticas e exploração do terreno pantanoso fizeram dele um dos grandes capitães da época. Chamá-lo de exército holandês seria uma denominação enganosa: em 1600 ele consistia de 43 companhias inglesas, 32 francesas, 20 escocesas, 11 valonas e 9 alemãs, e apenas 17 companhias holandesas.⁸³ Apesar dessa grande variedade de nacionalidades (que nada tinha de excepcional), Maurício fundiu suas forças num todo coeso, padronizado. Foi ajudado nessa tarefa, porém, pelo apoio financeiro do governo holandês, e seu exército, mais do que a maioria dos exércitos europeus, era pago com regularidade, ao mesmo tempo em que o governo reservava constantemente verba para a manutenção de sua substancial marinha.

Seria imprudência exagerar a riqueza e a estabilidade financeira da república holandesa, ou sugerir que lhe foi fácil custear o prolongado conflito,

em particular em suas fases iniciais. Nas partes leste e sul das Província Unidas, a guerra provocou considerável dano, perda de comércio e declínio da população. Até mesmo a próspera província da Holanda sentiu o peso dos enormes impostos: em 1579 teve de contribuir com 960 mil florins para a guerra, em 1599 com quase 5,5 milhões. Em princípios do século XVII, com os custos anuais da guerra contra a Espanha elevando-se a 10 milhões de florins, muitos se indagavam como seria possível manter a luta por mais tempo sem incorrer em sérias dificuldades financeiras. Felizmente para os holandeses, a economia de Espanha — e sua correspondente capacidade de pagar os soldos do Exército de Flandres, sempre inclinado ao motim — sofreu ainda mais, e por fim levou Madri a concordar com a trégua de 1609.

Não obstante, o conflito pôs à prova os recursos da Holanda, mas não os exauriu; e a verdade é que, a partir da década de 1590, sua economia cresceu rapidamente, proporcionando com isso uma sólida base de “crédito” quando o governo se voltou — como todos os estados beligerantes tiveram de fazer — para o mercado financeiro. Uma razão óbvia dessa prosperidade foi a combinação de uma crescente população com um espírito mais empresarial, depois de derrubado o governo Habsburgo. Além do aumento natural nos números, houve dezenas (talvez centenas) de milhares de refugiados do sul, e muitos outros de outras partes da Europa. Parece claro que muitos desses imigrantes eram trabalhadores especializados, professores, artesãos e capitalistas, com muita coisa a oferecer. O saque de Antuérpia pelas tropas espanholas, em 1576, contribuiu para melhorar a posição de Amsterdam no sistema mercantil internacional, sendo certo também que os holandeses se aproveitavam de todas as oportunidades de progredir comercialmente. Dominaram o rico comércio do arenque e isso, juntamente com a recuperação de terras tomadas ao mar, constituiu uma fonte adicional de riqueza. Sua grande marinha mercante, em particular os seus *fluyts* (cargueiros simples, fortes), fez deles os principais transportadores do comércio europeu, em 1600: madeira, cereais, tecidos, sal, arenques eram transportados pelos navios holandeses por todas as vias aquáticas. Para desgosto de seus aliados ingleses, e de muitos religiosos calvinistas holandeses, os comerciantes de Amsterdam forneciam de bom grado essas mercadorias ao seu inimigo mortal, a Espanha, se os lucros compensassem riscos. Internamente, as matérias-primas eram importadas em grandes quantidades e depois “acabadas nas várias indústrias de Amsterdam, Delft, Leyden etc.” Tendo “a refinação de açúcar, a fundição, a destilaria, a fabricação de cerveja, o preparo do fumo, a fiação da seda, a cerâmica, a vidraçaria, a manufatura de armas, a impressão e a fabricação de papel”⁸⁴ entre as principais indústrias, não era de surpreender que em 1622 cerca de 56% da população holandesa de 670 mil pessoas vivesse em cidades de tamanho médio. Qualquer outra região do mundo devia parecer economicamente atrasada, em comparação.

Dois outros aspectos da economia holandesa reforçaram o seu poderio militar. O primeiro foi a sua expansão pelo além-mar. Embora esse comércio não se compare com o comércio de artigos mais humildes, mas de proporções muito maiores, que se fazia pelas águas europeias, ele representava um novo acréscimo aos recursos da república. “Entre 1598 e 1605, uma média de 25 navios partiram para a África Ocidental, 20 para o Brasil, 10 para as Índias

Orientais e 150 para as Caraíbas, cada ano. Colônias soberanas foram fundadas em Amboina em 1605, e Ternate em 1607; feitorias e postos comerciais foram estabelecidos por todo o oceano Índico, perto da embocadura do Amazonas e (em 1609) no Japão.⁸⁵ Como a Inglaterra, as Províncias Unidas se estavam então beneficiando com aquele lento deslocamento do equilíbrio econômico do Mediterrâneo para o mundo Atlântico que foi uma das principais tendências do período 1500-1700, e que, embora operando a princípio em favor de Portugal e Espanha, mais tarde galvanizou sociedades mais bem preparadas para obter lucros com o comércio global.⁸⁶

O segundo aspecto foi o crescente papel de Amsterdam como centro financeiro internacional, conseqüência natural da função da república como transportadora, cambista e negociante de mercadorias da Europa. O que os seus financistas e instituições ofereciam (recebimento de depósitos a juros, transferência de dinheiros, crédito e compensação de letras de câmbio, empréstimos flutuantes) não era diferente das práticas já existentes em, digamos, Veneza e Gênova; refletindo, porém, a riqueza do comércio das Províncias Unidas, faziam-no em maior escala e com maior certeza — e mais ainda por serem os principais investidores parte do governo, e desejarem manter os princípios de uma moeda estável, crédito seguro e pagamento de dívidas. Em conseqüência de tudo isso, havia em geral disponibilidade de recursos para empréstimos aos governos, o que deu à República Holandesa uma inestimável vantagem sobre suas rivais; e como seu crédito era firme, porque ela pagava prontamente suas dívidas, podia levantar dinheiro mais barato do que qualquer outro governo — uma grande vantagem no século XVII e, na verdade, em todas as épocas!

Essa capacidade de levantar empréstimos com facilidade tornou-se mais importante ainda depois do reinício das hostilidades com a Espanha em 1621, pois o custo das forças armadas aumentou constantemente de 13,4 milhões de florins (1622) para 18,8 milhões (1640). Eram somas consideráveis até mesmo para uma população rica, e mais particularmente porque o comércio holandês de além-mar estava começando a ser atingido pela guerra, seja com perdas diretas ou pela transferência do comércio para as mãos dos neutros. Era, portanto, politicamente mais fácil permitir que a maior parte possível da guerra fosse financiada com empréstimos públicos. Embora isso levasse a um aumento maciço da dívida oficial — a Província da Holanda tinha um débito de 153 milhões de florins em 1651 — a força econômica do país e o cuidado com o pagamento dos juros fizeram com que o sistema de crédito não corresse nunca o perigo de um colapso.⁸⁷ Embora isso demonstre que até mesmo os estados ricos tremiam ante o custo das despesas militares, também confirmava que, enquanto o êxito na guerra dependesse do tamanho da bolsa, os holandeses tinham sempre a probabilidade de superar os outros.

A guerra, o dinheiro e o estado-nação

Vamos resumir agora as principais conclusões deste capítulo. As guerras posteriores a 1450 estavam intimamente ligadas “ao nascimento do estado-nação”.⁸⁸ Entre fins do século XV e fins do século XVII a maioria dos países eu-

ropeus presenciou uma centralização da autoridade política e militar, em geral no monarca (mas em alguns lugares, no príncipe local ou numa oligarquia mercantil) acompanhada de maiores poderes e métodos de tributação pelo estado, e realizada por uma máquina burocrática muito mais complicada do que existia quando os reis deviam “viver de seus próprios recursos” e os exércitos nacionais eram mantidos com um recrutamento feudal.

Foram várias as causas dessa evolução do estado-nação europeu. A transformação econômica já havia solapado grande parte da velha ordem feudal, e diferentes grupos sociais tinham de relacionar-se através de formas mais novas de contrato e obrigação. A Reforma, dividindo a Cristandade à base do *cuius regio, eius religio*, isto é, das preferências religiosas dos governos, fundiu a autoridade civil e religiosa, estendendo assim o secularismo em bases nacionais. O declínio do latim e o uso crescente das línguas vernáculas pelos políticos, juristas, burocratas e poetas acentuou essa tendência secular. Melhores meios de comunicação, a troca mais generalizada de mercadorias, a invenção da imprensa e as descobertas oceânicas tornaram o homem mais consciente não só dos outros povos, como também das diferenças de línguas, gostos, hábitos culturais e religião. Nessas circunstâncias, não era de surpreender que muitos filósofos, e outros autores da época, sustentassem que o estado-nação era a forma natural, e a melhor, da sociedade civil, que os seus poderes deviam ser fortalecidos e seus interesses defendidos, e que seus governantes e governados precisavam — qualquer que fosse a forma constitucional adotada — trabalhar em harmonia para o bem nacional comum.⁸⁹

Mas era a guerra, e as conseqüências da guerra, que criavam uma pressão muito mais premente e contínua no sentido da “construção da nação”, do que essas considerações filosóficas e a lenta evolução das tendências sociais. O poder militar permitiu a muitas dinastias européias manter-se acima dos grandes magnatas de suas terras e assegurar a uniformidade e a autoridade políticas (embora por vezes com concessões à nobreza). Os fatores militares — ou melhor, os fatores geoestratégicos — ajudaram a fixar os limites territoriais desses novos estados-nações, enquanto as guerras freqüentes criavam a consciência nacional, pelo menos de uma maneira negativa, segundo a qual os ingleses aprenderam a odiar os espanhóis, os suecos a odiar os dinamarqueses, os rebeldes holandeses a odiar seus antigos senhores Habsburgos. Acima de tudo, foi a guerra — e especialmente as novas técnicas que favoreciam o crescimento dos exércitos de infantaria, as fortificações e as frotas onerosas — que levou os beligerantes a gastar mais dinheiro do que nunca, e a buscar uma soma correspondente em receitas. Todas as observações sobre o aumento geral nos dispêndios governamentais ou sobre as novas organizações para coleta de impostos, ou sobre a transformação das relações entre os reis e estados em princípios da Europa moderna, continuam *abstratas* enquanto não se falar da importância central do conflito militar.⁹⁰ Nos últimos anos do reinado de Isabel, na Inglaterra, ou de Filipe II, na Espanha, nada menos de três quartos das despesas do governo eram destinados à guerra, ou ao pagamento de dívidas dos anos anteriores. Os empreendimentos militares e navais podem não ter sido sempre a razão de ser dos novos estados-nações, mas foram certamente a sua atividade mais cara e mais premente.

Seria um erro supor, porém, que as funções de aumentar as receitas, manter os exércitos, equipar as armadas e enviar instruções, e dirigir as

campanhas militares nos séculos XVI e XVII fossem realizadas da maneira que caracterizou, digamos, a invasão da Normandia em 1944. Como a análise acima deve ter mostrado, as máquinas militares do início da Europa moderna eram pesadas e ineficientes. Organizar e controlar um exército nesse período era empresa terrivelmente difícil: tropas recrutadas entre a escória da população, mercenários potencialmente desleais, abastecimentos inadequados, problemas de transportes, armas não padronizadas eram o desespero da maioria dos comandantes. Mesmo quando recursos suficientes eram destinados a fins militares, a corrupção e o desperdício cobravam sua taxa.

As forças armadas não constituíam, portanto, instrumentos previsíveis e dignos de confiança para o estado. Repetidas vezes, grandes grupos de soldados escapavam ao controle devido a escassez dos fornecimentos ou, o que era mais sério, à falta de pagamento. O Exército de Flandres amotinou-se nada menos do que 46 vezes, entre 1572 e 1607; o mesmo ocorreu, embora com menor frequência, entre forças igualmente formidáveis como os suecos na Alemanha, ou o Novo Exército Modelar de Cromwell. Foi Richelieu quem observou amargamente, em seu *Testament Politique*:

A História sabe quantos exércitos foram mais arruinados pela carência e pela desordem do que pelos esforços dos seus inimigos; e eu sou testemunha de que todas as empresas iniciadas em minha época fracassaram apenas por isso.⁹¹

Esse problema do pagamento e do abastecimento afetava o desempenho militar de todas as maneiras: um historiador mostrou que as campanhas espantosamente rápidas de Gustavo Adolfo na Alemanha, em lugar de serem determinadas pelo planejamento estratégico-militar no sentido de Clausewitz, refletiam uma simples, mas premente, busca de alimentos e forragem para a sua enorme força.⁹² Muito antes do aforisma de Napoleão, os comandantes sabiam que um exército marcha sobre seus estômagos.

Essas restrições físicas, porém, aplicavam-se a nível nacional, em especial no levantamento de fundos para a guerra. Nenhum estado no período, por mais próspero que fosse, podia pagar imediatamente os custos de um conflito prolongado; por mais que fossem criados novos tributos, havia sempre uma diferença entre a receita e a despesa do governo, que só podia ser coberta por empréstimos — seja de banqueiros privados como os Fuggers, ou, mais tarde, de um mercado financeiro formalmente organizado para negociar apólices governamentais. Repetidamente, porém, os custos espiralantes da guerra forçavam os monarcas a faltar aos pagamentos, a aviltar a moeda, ou tentar outras medidas desesperadas, que traziam alívio a curto prazo, mas desvantagens a longo termo. Como os comandantes que freneticamente tentavam manter os soldados em ordem e os cavalos alimentados, os governos do início do período moderno empenhavam-se para sobreviver numa existência precária do dia-a-dia. Pressionar os estados para conseguir novos impostos extraordinários, pressionar os ricos e as igrejas para obter deles “benevolências”, discutir com banqueiros e fornecedores de munição, apresar navios de tesouro estrangeiros e manter à distância os muitos credores, eram atividades mais ou menos permanentes impostas aos governantes e seus funcionários naquela época.

Portanto, *não* argumentamos neste capítulo que os Habsburgos falharam totalmente em realizar aquilo que outras potências conseguiram de modo tão brilhante. Não há, no caso, indícios de contrastes espantosos; o êxito e o fracasso devem ser medidos por diferenças muito pequenas.⁹³ Todos os estados, até mesmo as Províncias Unidas, sofriam sérias dificuldades com o desvio constante de recursos para as campanhas militares e navais. Todos os estados enfrentaram dificuldades financeiras, motins de soldados, inadequações de abastecimentos, oposição interna aos altos tributos. Como na Primeira Guerra Mundial, esses anos também testemunharam lutas de resistência, que levaram os beligerantes quase à exaustão. Na década final da Guerra dos 30 Anos, era perceptível que nenhuma das alianças tinha condições de manter um exército tão grande quanto o comandado por Gustavo Adolfo e Wallenstein, pois ambos os lados estavam, literalmente, sofrendo falta de homens e de dinheiro. A vitória das forças anti-Habsburgo, portanto, foi marginal e relativa. Elas conseguiram, mas por pequena margem, manter o equilíbrio entre sua base material e seu poder militar melhor do que seus adversários Habsburgos. Pelo menos alguns dos vencedores viram que as fontes da riqueza nacional precisavam ser exploradas cuidadosamente, e não impensadamente, durante um conflito prolongado. Também podem ter admitido, embora com relutância, que o comerciante, o industrial e o camponês eram tão importantes quanto o oficial de cavalaria e o lanceiro. Mas essa compreensão, e o conseqüente melhor tratamento dos elementos econômicos, representou apenas uma pequena margem na luta. Esta foi, nas palavras do duque de Wellington, “uma disputa muito acirrada”. A maioria das grandes lutas o são.